

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

IRLAN ROBERTO DOS SANTOS

**O PAPEL DA LEITURA E DA BIBLIOTECA NA RESSOCIALIZAÇÃO DE
MENORES INFRATORES: UMA REVISÃO DE LITERATURA NA BASE DE DADOS
REFERENCIAIS DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
(BRAPCI)**

São Cristóvão/Se

2023

IRLAN ROBERTO DOS SANTOS

**O PAPEL DA LEITURA E DA BIBLIOTECA NA RESSOCIALIZAÇÃO DE
MENORES INFRATORES: UMA REVISÃO DE LITERATURA NA BASE DE DADOS
REFERENCIAIS DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
(BRAPCI)**

Trabalho de conclusão de curso II
apresentado ao Departamento de Ciência da
Informação da Universidade Federal de
Sergipe para obtenção do grau de Bacharel
em Biblioteconomia e Documentação

Orientador: Prof. Dr. Vinícios Souza de
Menezes

São Cristóvão/Se

2023

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

Santos, Irlan Roberto dos

S237p O papel da leitura e da biblioteca na ressocialização de menores infratores: uma revisão de literatura na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) / Irlan Roberto dos Santos. – São Cristóvão, 2023.
57 f.: il. color.

Orientador: Prof. Dr. Vinícios Souza de Menezes.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência da Informação, 2023.

1. Leitura. 2. Biblioteca prisional. 3. Ressocialização de menores infratores. I. Menezes, Vinícios Souza de, orientador. II. Título.

CDU: 027.6

Ficha elaborada pela bibliotecária documentalista Joyce Dayse de Oliveira Santos (CRB-5/SE-002005)

**O PAPEL DA LEITURA E DA BIBLIOTECA NA RESSOCIALIZAÇÃO DE
MENORES INFRATORES: UMA REVISÃO DE LITERATURA NA BASE DE DADOS
REFERENCIAIS DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
(BRAPCI)**

IRLAN ROBERTO DOS SANTOS

Trabalho de conclusão de curso II
apresentado ao Departamento de Ciência da
Informação da Universidade Federal de
Sergipe para obtenção do grau de Bacharel
em Biblioteconomia e Documentação

Orientador: Prof. Dr. Vinícios Souza de
Menezes

Nota: _____

Data de apresentação: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vinícios Souza de Menezes, Orientador (DCI/UFS)

Profa. Ma. Ludmilla Silva de Oliveira (PPGCS/UFS)

Prof. Me Fernando Bittencourt dos Santos (DCI/UFS)
(Membro convidado - Interno)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade tão especial de seguir em busca do conhecimento. À minha mãe, Maria Josefina, que sempre apoiou minhas decisões, especialmente com relação aos estudos, sobretudo porque ela não teve tal oportunidade de forma que quebrou paradigmas ao me incentivar, agradeço também meu falecido pai que, antes de sair de casa e sofrer acidente fatal, disse para eu estudar, algo que ocorreu em minha adolescência e até hoje está gravado em minha memória. Aos meus amigos e parentes pela amizade e compreensão dos momentos em que estive ausente em períodos quando tive que me dedicar. Aos professores do Departamento de Ciência da Informação, que transmitiram seus conhecimentos e abriram os caminhos para me tornar mais crítico, proporcionando capacidade e base para ser um ótimo profissional. Aos colegas de turma, em especial Ingrid Andrade Goncalves, Beatriz Anjos Santos, Aparecida de Jesus Souza, Thainá de Melo Medeiros e Jaqueline Vieira Santos, esses continuam ou finalizaram a jornada de obter o diploma e tenho por eles muito respeito e gratidão. Ao meu Orientador, Dr. Vinícios Souza de Menezes, pela paciência e dedicação em me direcionar e ajudar nas atividades relacionadas a esse trabalho. Em suma, a todos que de alguma forma estiveram comigo nesse período acadêmico, meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

Políticas públicas são de suma importância para a redução de violência, e o presente trabalho acadêmico tem como objetivo mostrar o que se tem de existente para redução da criminalidade através da leitura e da biblioteca na ressocialização de menores infratores. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com método associativo para alcançar os objetivos propostos. As informações foram colhidas da Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), além disso, o trabalho não se restringe tão somente ao que se encontra na plataforma, buscou-se ainda suporte através das leis vigentes encontradas em sites governamentais como os disponibilizados no Portal da Legislação do Planalto. Diante das Leis encontradas, percebeu-se que o principal ente governamental responsável pela implementação de políticas públicas voltadas ao assunto supracitado seria o Município. Na BRAPCI, os resultados obtidos não foram empolgantes, pois inexistem artigos que estudam especificamente a ressocialização de menores infratores que sofrem medidas socioeducativas ou de proteção em meio aberto, ou seja, há pouco interesse acadêmico pelo menos em relação a outros assuntos atrelados a biblioteconomia e leitura. Deduziu-se que a causa seria a falta de incentivo governamental na ressocialização de menores através de atividades como leitura, que tem como consequência pouco estudo acadêmico no Brasil. Por fim, constatou-se que as práticas de leituras e as ações socioculturais das bibliotecas possuem um potencial transformador, promotor de instrumentos culturais de amparo social e humano aos menores infratores no processo de ressocialização.

Palavras-chave: bibliotecas prisionais; biblioteconomia - leitura; BRAPCI; políticas públicas; redução de violência; ressocialização de menores infratores.

ABSTRACT

Public policies are extremely important for reducing violence, and this academic work aims to show what exists to reduce crime through reading and the library in the resocialization of juvenile offenders. This is a bibliographical research with an associative method to achieve the proposed objectives. The information was collected from the Reference Database of Periodical Articles in Information Science (BRAPCI), in addition, the work is not restricted solely to what is found on the platform, support was also sought through current laws found on websites governmental documents such as those available on the Planalto Legislation Portal. Given the Laws found, it was realized that the main government entity responsible for implementing public policies aimed at the aforementioned subject would be the Municipality. At BRAPCI, the results obtained were not exciting, as there are no articles that specifically study the resocialization of juvenile offenders who suffer socio-educational or protection measures in an open environment, that is, there is little academic interest, at least in relation to other subjects linked to librarianship and reading. It was deduced that the cause would be the lack of government incentives for the resocialization of minors through activities such as reading, which results in little academic study in Brazil. Finally, it was found that reading practices and sociocultural actions in libraries have transformative potential, promoting cultural instruments of social and human support for juvenile offenders in the resocialization process.

Keywords: prison libraries; librarianship - reading; BRAPCI; public policy; reduction of violence; resocialization of minor offenders.

As mais impressionantes façanhas humanas são, na realidade, o agregado de inumeráveis elementos isolados e cada um dos quais, em certo sentido, nada tem de extraordinário.

Angela Duckworth

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REVISÃO DE LITERATURA	13
2.1	Ressocialização de menores infratores	13
2.2	Proteção legislativa	14
2.3	As práticas de leitura como ações informacionais na ressocialização de menores infratores	19
2.4	O papel inclusivo das bibliotecas prisionais na ressocialização de menores infratores	20
2.5	Bibliotecas prisionais	22
3	METODOLOGIA	26
4	RESULTADOS	29
4.1	Biblioteca prisional	46
4.2	Ressocialização	50
4.3	Leitura infantil	53
4.4	Leitura juvenil	55
4.5	Leitura and prisional	56
5	CONCLUSÃO	58
	REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema o papel social da leitura e da biblioteca na ressocialização de menores que cometeram atos infracionais. Quanto a esse tema, apesar das controvérsias acerca da maioridade penal e da restrição de liberdade através do encarceramento antes de completar os 18 anos, a Constituição Federal da República Federativa do Brasil (BRASIL,1988), em seu artigo 128, expressa a não permissão para impor culpa às crianças e aos adolescentes, enfatizando-se que os menores de idade são inimputáveis, sujeitos tão somente à legislação especial, que, atualmente, é o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei 8.069 (BRASIL,1990). Nesse sentido, vale ressaltar que para um ato ser punido como crime é necessário, segundo a doutrina aceita do Código Penal Brasileiro (BRASIL,1940), estar classificado ao menos em três requisitos: i) ser um fato típico (descrito na lei como crime), ii) ilícito (não se adequando a uma das excludentes de ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa e estrito cumprimento legal) e, por fim, deve ser iii) um fato culpável (juízo que será feito sobre a reprovabilidade da conduta do agente, considerando suas circunstâncias pessoais como sua capacidade e desenvolvimento mental).

O fato culpável ou a culpabilidade é excluída quando se fala em infrações cometidas por crianças e adolescentes. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,1990), o principal motivo da exclusão de culpabilidade para menores infratores deve-se ao fato de estarem em pleno desenvolvimento físico-intelectual. Os atos infracionais de crianças e adolescentes não podem ser classificados como os dos adultos. Punições como o encarceramento teriam um impacto prejudicial, tendo em vista o risco de exclusão prematura da sociedade, além da tendência de terem contato direto com pessoas com fichas criminais extensas que poderiam influenciá-los em seus comportamentos, caso fossem presos em celas prisionais comuns. Por isso, teoricamente, cabe ao Estado, à sociedade e à família, em conjunto, o esforço para inserir os menores infratores nas comunidades locais. O método da prevenção usado em comunidades inclusivas visa não expor os vulneráveis às outras práticas infracionais. Dessa forma, deve-se criar meios dos adolescentes se desenvolverem plenamente para tornarem-se cidadãos, com um futuro fértil em expectativas.

Nesse contexto, com auxílio de outras instituições, as bibliotecas têm potencial de tornar os menores infratores em adultos competentes no desenvolvimento político e social da cidadania. Conforme Francis Miksa (1992), a biblioteca é considerada uma instituição social que se fundamenta nos campos da Sociologia e da Educação. Através dos livros e das ações (est)éticas e culturais dos bibliotecários, torna-se evidente que a função social da biblioteca junto às comunidades intervém na mudança da perspectiva de vida dos menores infratores. Candido (2000, p. 20) argumenta que:

A arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais.

Para que as bibliotecas desenvolvam suas potencialidades culturais e provoquem mudanças sociais nas ações dos sujeitos, os profissionais devem ter uma formação técnica e cultural ampla, especialmente no que diz respeito aos estudos e análises dos seus usuários e no desenvolvimento contextual de suas coleções, com escolhas embasadas dos livros, conforme a região e configuração cultural dos povos residentes, dentre outros fatores que implicam a oferta qualificada dos serviços e produtos bibliotecários.

Com intuito de acolher a diversidade dos seus usuários, os profissionais bibliotecários devem conhecer bem a comunidade onde estão vinculados socialmente. Especificamente, para o caso desta pesquisa, por exemplo, os bibliotecários devem conhecer onde os menores vivem, com quem convivem, por quais instituições sociais são amparadas – se há Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), ou atuação do Conselho Tutelar, organizações estatais que exercem papéis importantes nas comunidades. Segundo as orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009, p. 9-11), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é responsável pela organização e oferta de serviços de proteção social básica de vulneráveis, serve também como Órgão de Gestão Municipal ou Distrital para criação de políticas públicas locais. O Conselho Tutelar tem suas atribuições expressas de modo basilar no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Conselho Tutelar tem o papel

ímpar na efetivação das medidas socioeducativas de proteção dos menores infratores.

Há de salientar que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as medidas de proteção são mais brandas e voltadas na sua maior parte aos pais ou responsáveis no que concerne às obrigações como tutores e o cuidado na frequência escolar, por exemplo. Já as medidas socioeducativas são mais severas e, em último caso, o adolescente pode ser privado de sua liberdade por meio da internação. Um ponto em destaque desta última medida é que ela somente pode ser imposta aos adolescentes, ou seja, os que estão entre doze e dezoito anos de idade, conforme o ECA (BRASIL, 1990).

Diante das medidas supracitadas, as bibliotecas têm uma gama de possibilidades de fazer com que os menores infratores sejam ressocializados, especialmente, através das práticas de leituras. Entretanto, para que isso ocorra é importante que se estabeleça um diálogo com outros órgãos voltados a esse tipo de políticas públicas. Conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988), os municípios são os entes federativos competentes e responsáveis por legislar sobre assuntos de interesse local. Os gestores municipais têm a função de criar leis e praticar ações protetivas mais específicas, adequadas à realidade do seu âmbito, ou seja, a região municipal. Esse ente federativo fica responsável tanto pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), quanto pelo Conselho Tutelar, de forma a ter capacidade administrativa e legislativa para organizá-los. Enfatiza-se nesse contexto que as bibliotecas comunitárias e municipais são de extrema necessidade no que concerne à capacidade e potencialidade de ressocializar menores. Não que as bibliotecas públicas estaduais ou, até mesmo, as bibliotecas escolares não tenham essa capacidade, contudo, a primeira está voltada para um público mais amplo, não específico, o que implica o não atendimento das especificidades do grupo dos menores infratores, assim como, também, é inegável que as bibliotecas escolares possuem uma função principal diferenciada do público dos menores infratores, ou seja, a biblioteca escolar visa ao atendimento da comunidade escolar à qual encontra-se associada.

Além disso, sabe-se que a criação de cargos públicos, bem como a realização de concursos para bibliotecários municipais, apesar da necessidade de aprovação por parte do Legislativo, é de iniciativa do gestor do poder Executivo, no caso, o prefeito. De forma que há uma dependência de conscientizá-lo acerca da

importância de sanar problemas que, se prevenidos, poderão inclusive diminuir custos futuros com a redução de atos de vandalismo e o combate à criminalidade.-

Seguindo essa linha de raciocínio, o trabalho está delimitado a partir da pesquisa bibliográfica norteada por livros, artigos científicos, periódicos e trabalhos acadêmicos que refletem assuntos relacionados à ressocialização de menores infratores. Houve coleta de informações em documentos legais (leis, especialmente na Constituição Federal da Brasileira (BRASIL, 1988) e suas jurisprudências. A análise foi feita por meio de sites governamentais, bem como foram coletados artigos e comunicações científicas na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Além disso, foram consultados autores consolidados na literatura reconhecida na Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação.

Este trabalho tem como objetivo geral compreender como a literatura acadêmico-científica da Biblioteconomia e Ciência da Informação aborda a função social das bibliotecas e das práticas de leituras nos processos de ressocialização de menores infratores em consonância às leis vigentes. Como auxiliares ao objetivo abrangente da pesquisa e com um papel concreto e operacional, os objetivos específicos desta pesquisa são: i) situar na literatura acadêmico-científica como se apresentam as práticas de leitura nos processos de ressocialização de menores infratores, ii) caracterizar na literatura acadêmico-científica como a função social da biblioteca prisional impacta nos processos de ressocialização de menores infratores, iii) assinalar experiências de leitura no contexto das bibliotecas como práticas que auxiliam menores infratores no processo de ressocialização e de desenvolvimento cidadão.

O estudo justifica-se a partir do papel da biblioteca em ajudar os menores no desenvolvimento cidadão, mental, moral e social através da leitura. Para isso, primeiramente, precisa-se ter conhecimentos de documentos relacionados a esse tema, enfatizando-se que o conhecimento de leis e dos procedimentos que regem a sociedade têm forte influência na posição social de uma pessoa, sobretudo para solicitar direitos. Isso justifica o trabalho que irá expor a base de conhecimentos legais voltada à ressocialização de menores.

Na administração pública deve-se operar conforme as leis para a execução das atividades. Por conta disso, ter-se-á como objeto a associação da literatura acadêmica sobre a ressocialização de menores infratores acompanhadas das

possibilidades legais existentes no Brasil, tendo em vista existir pouco conhecimento sobre legislação acerca do dever do Estado e da sociedade na proteção infanto-juvenil.

Outro fator importante para o déficit de estudos nesta cercania temática é a falta de contratação de profissionais qualificados nas bibliotecas, aliado ao baixo investimento tanto na parte salarial quanto na estruturação de bibliotecas, o que acarreta, a longo prazo, prejuízos aos cofres públicos por conta do potencial aumento da criminalidade. Por conseguinte, esta pesquisa move-se por meio do pressuposto da importância das bibliotecas junto à realidade local dos seus usuários, de tal forma que o leitor compreenda a necessidade de conscientização por parte da gestão pública e da sociedade acerca da relevância da leitura na vida dos menores infratores.

Diante do contexto problemático de busca de meios alternativos e interdisciplinares para a resolução de problemas infracionais entre crianças e adolescentes, a pergunta de partida deste projeto está formulada da seguinte maneira: através dos dispositivos legais e dos conhecimentos acadêmico-científicos que embasam a proteção da criança e do adolescente, qual a representação bibliográfica da literatura do campo da Biblioteconomia a respeito do papel social das práticas de leituras no contexto das bibliotecas para o auxílio do processo de ressocialização de menores infratores?

A hipótese deste projeto encontra-se formulada ao modo de um pressuposto de pesquisa: as práticas de leituras e as ações socioculturais das bibliotecas possuem um potencial transformador, promotor de instrumentos culturais de amparo social e humano aos menores infratores no processo de ressocialização.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Atos infracionais cometidos por menores é um tema em destaque em muitos noticiários, especialmente quando o debate envolve a questão penal: se eles devem ser punidos como adultos ou não. De qualquer forma, no Brasil, os menores têm um tratamento diferenciado, com vista a própria constituição federal (BRASIL, 1988) que consagra a não permissão de impor culpa às crianças e aos adolescentes, ou seja, o Código Penal Brasileiro que rege as penas e estabelece os crimes, não pode ser utilizado quando o que está em juízo são infrações praticadas por crianças e adolescentes. No caso, a legislação especial, que atualmente é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é quem irá dispor sobre os atos praticados pelos menores.

Nesse contexto, destaca-se a importância de ajudar os infratores no ingresso à sociedade, tendo em vista que um adolescente integrado à sociedade dificilmente irá cometer crimes novamente. Para isso, no que diz respeito à ressocialização não se pode deixar de citar a leitura. Ela é um dos meios para que os infratores consigam mudar alguns comportamentos ilícitos. Deve se dar um olhar especial a esse tema muitas das vezes negligenciado, porém se visto com a importância devida pode evitar diversos problemas para a comunidade, bem como para o indivíduo que se sentirá integrado.

2.1 Ressocialização de menores infratores

Conforme a Lei n. 8069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), menores infratores são as pessoas que ainda não completaram dezoito (18) anos de idade e cometeram atos infracionais. Especificamente, o artigo 2º (segundo) do mesmo estatuto considera, para efeitos legais, criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos e como adolescentes aqueles entre doze e dezoito anos de idade.

Os artigos 103 e 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) consideram os atos infracionais equiparados aos crimes ou contravenções. Contudo, não podem ser punidos, tendo em vista faltar um dos três elementos essenciais do que se configura ser um crime. Segundo a doutrina majoritária do Código Penal Brasileiro (BRASIL,1940) são elementos criminais: a tipicidade, a ilicitude e a

culpabilidade. Para que haja tipicidade, o ato deve estar descrito na lei como crime, inclusive com sua respectiva penalidade. Quando se fala da ilicitude, está se considerando a conduta que gera um resultado tipificado na lei, tal conduta para ser considerada ilícita não pode estar entre uma das excludentes de ilicitude que são o estado de necessidade, a legítima defesa e o estrito cumprimento legal. E, por fim, a culpabilidade é o juízo que será feito sobre a reprovabilidade da conduta do agente, considerando suas circunstâncias pessoais como sua capacidade mental ou maturidade física-intelectual.

O elemento ausente nos atos infracionais cometidos por menores é a culpabilidade. Ela impossibilita a punição dos infratores, tornando-os inimputáveis. Para Nucci (2010, p. 121), a imputabilidade penal:

[...] é o conjunto das condições pessoais, envolvendo inteligência e vontade, que permite ao agente ter entendimento do caráter ilícito do fato, comportando-se de acordo com esse entendimento. O binômio necessário para a formação das condições pessoais do imputável consiste em sanidade mental e maturidade.

Ou seja, a maturidade, que permite o desenvolvimento físico-mental ao ser humano para estabelecer relações sociais adequadas, é que torna os menores inimputáveis. Por conseguinte, tais atos estão sujeitos a resposta do Estado através das medidas socioeducativas. O item 54 das Regras Mínimas das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil, também conhecida como Diretrizes de RIAD (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948), tem por objetivo impedir a estigmatização e a incriminação dos jovens, conferindo-lhes obrigação de legislação especial para garantir que todo ato que não seja considerado um delito, não seja objeto de punição quando for cometido por um jovem, ou seja, o menor não poderá receber tratamento tanto quanto ou mais gravoso que os adultos.

2.2 Proteção legislativa

Os menores infratores gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Com proteção integral assegurada por lei ou por outros meios, os menores infratores devem ter as oportunidades de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990). Na mesma linha, a Constituição Federal (BRASIL, 1988), no artigo 127, dispõe ser

dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com toda prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

No oitavo Congresso das Nações Unidas sobre prevenção do delito e do tratamento do delinquente (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948), em seu artigo 5, as Diretrizes da RIAD enfatizam que devem ser desenvolvidos serviços e programas com base na comunidade para a prevenção da delinquência juvenil e, em último caso, recorrer-se-á a organismos formais de controle social. Nesse sentido, o Brasil em suas legislações adotou essa norma internacional criada pelas Nações Unidas. Aqui as crianças e os adolescentes, em nenhuma hipótese, devem ser punidos como criminosos, diferente de alguns países como os Estados Unidos da América, que imputava, inclusive, pena de morte em alguns crimes. Atualmente, no Alabama e em Michigan, por exemplo, adolescentes podem passar o resto da vida na cadeia. Em Nova York, jovens de 16 e 17 anos cumprem pena ao lado de adultos. Como a legislação não é nacional, há espaço para muitas discussões, tendo em vista que cada estado pode legislar sobre esse tema. Um argumento é que os menores sejam punidos quando cometem crimes hediondos como, por exemplo, o homicídio qualificado por tortura. Em contrapartida, no Brasil, o grau máximo dos atos infracionais são as medidas socioeducativas, mediante internação.

Além das medidas socioeducativas, existem também as medidas de proteção. Estas estão elencadas no artigo 101 do ECA (BRASIL, 1990), conforme exposto:

Art. 101. [...] I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV - inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII - acolhimento institucional; VIII - inclusão em programa de acolhimento familiar; IX - colocação em família substituta.

Diferente das medidas socioeducativas, elas são mais brandas e voltadas, em sua maior parte, aos pais ou responsáveis no que diz respeito às obrigações com os menores, especialmente se estão cumprindo o papel de fazê-los ir à escola ou praticar atividades de lazer, por exemplo. Já as medidas socioeducativas são mais

severas e, em último caso, o adolescente pode ser privado de sua liberdade por meio da internação. As medidas socioeducativas em meio aberto são a advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida. Um ponto em destaque desta última medida é que ela somente pode ser imposta aos adolescentes, ou seja, os que estão entre doze e dezoito anos de idade, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Outro ponto em destaque, é que cada ente federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) possuem suas responsabilidades sobre o tema ressocialização de menores. A lei n. 12.594, denominada como Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (BRASIL, 2012), regulamenta a execução das medidas destinadas aos adolescentes que pratiquem atos infracionais. Esta lei explica que o SINASE é um conjunto de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescentes em conflito com a lei. O SINASE foi instituído para regulamentar as medidas socioeducativas, deixando à parte as medidas preventivas. Essa lei divide as funções entre os entes, de forma que a União ficou responsável principalmente por instituir as diretrizes gerais de forma a coordenar todos os sistemas; os Estados ficaram responsáveis em cooperar com os municípios para coordenar e ajudar a organizar, além de desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação. Os Municípios ficaram com a responsabilidade mais interessante para os bibliotecários e gestores capacitados para implementação de políticas públicas. O artigo 5º da Lei do SINASE (BRASIL, 2012) expõe que Compete aos Municípios:

[...] III - criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto; IV - editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo; V - cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema; e VI - cofinanciar, conjuntamente com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente apreendido para apuração de ato infracional, bem como aqueles destinados a adolescente a quem foi aplicada medida socioeducativa em meio aberto.

Fato é que os municípios ficaram responsáveis através de seus órgãos e departamentos por estabelecer o contato inicial e direto com os menores infratores, especialmente os que não terão sua liberdade restringida, pois cumprirão as medidas conforme as políticas públicas do próprio Município no sentido de proporcionar acesso às atividades culturais, de lazer e de esporte. Outro fato é que as bibliotecas podem se utilizar desses fatores para acolher e ajudar os menores a inseri-los na sociedade, incentivando-os a ler, tendo em vista que a leitura tem a capacidade de desenvolver nos indivíduos um senso crítico a respeito da sua condição enquanto pessoa, criticamente situada e dotada de consciência moral a respeito do seu papel comunitário na sociedade que o envolve. Essas noções nutridas na infância e adolescência têm potencial de torná-los adultos com capacidade de compreensão expandida a respeito da vida profissional e social. Não se nega que a criação do hábito de leitura tardia (depois de adultos) possa ocorrer, porém para que um indivíduo adulto crie tal hábito seria necessária uma mudança de perspectiva e quebra de paradigmas criados anteriormente, dentre eles o de que a leitura é chata e desnecessária. O correto seria tornar as crianças leitoras, de forma que naturalmente o serão quando atingirem a maioridade.

O estímulo à leitura deve ser iniciado com o hábito de ler em família, fazendo da leitura algo cotidiano, pois esse é um processo que a torna algo simples e natural. Mas a realidade é outra, muitas vezes, a família não participa da educação para a leitura. (CASSIANO, 2009, p. 8)

Infelizmente, muitas famílias, especialmente as vulneráveis, por estarem na linha da pobreza não têm o hábito de ler, conseqüentemente os pais repassam para os filhos a falta de importância que dão à leitura. Para Caldin (2003), não é exagero afirmar a importância da função social da literatura infantil, sobretudo na infância, período em que se forma o hábito de ler. É na menoridade que a literatura para criança tem função formadora, onde se apresentam os modelos de comportamento socialmente aceitos para a integração na sociedade.

Existem outros obstáculos para a família brasileira, como a falta de informação sobre os benefícios da leitura e as distrações que as mídias sociais, televisão e plataformas de *streaming* trazem. Por serem entretenimentos fáceis de serem consumidos, sem necessidade de esforço cognitivo, muitas vezes, depois de um dia de trabalho, os pais cedem a assistir televisão ou ficam horas no Instagram,

mostrando indiretamente aos filhos que esses comportamentos são mais interessantes. Isso torna-se um ciclo, que caso não seja quebrado, irá se prolongar por várias gerações. Estrategicamente o meio mais eficiente é se fazer mudanças através das crianças e adolescentes. Para Coelho (2000, p. 15):

A literatura, e em especial a infantil, tem uma tarefa fundamental a cumprir nesta sociedade em transformação: a de servir como agente de formação, seja no espontâneo convívio leitor/livro, seja no diálogo leitor/texto estimulado [...]. É ao livro, à palavra escrita, que atribuímos a maior responsabilidade na formação de consciência do mundo das crianças e dos jovens.

Outro problema na formação de leitores no seio familiar é que os pais, vendo que os filhos se distraem com aparelhos tecnológicos, os deixam por horas acessando a internet. Não é que assistir televisão ou acessar redes sociais não se aprenda ou não se obtenha algum conhecimento. O ponto é que estamos imersos em um emaranhado de informações, o que dificulta as conexões lógicas sobre determinado tema, principalmente por falta de reflexão sobre tudo o que está sendo absorvido. Um detalhe é que as pessoas estão tão vorazes em obter informações fáceis que elas nem se interessam em ler, percebe-se isso quando observamos pôsteres de propagandas, os quais geralmente são compostos de imagens simples. Lucca, Caldin e Righi (2015) destacam o letramento informacional como a base do desenvolvimento do aprendizado ao longo da vida, uma vez que, ao ser estimulado desde a infância, irá favorecer o processo de aprender, desenvolver-se como cidadãos, na busca e no uso da informação, tendo em vista já ter adquirido o método de aprendizado lendo de forma autônoma e eficiente, pois o conhecimento é revelado a partir da experiência associada à informação absorvida pelo aprendente. No caso dos menores infratores, a leitura irá apresentá-los a um mundo de oportunidades, especialmente com perspectiva de bom emprego. Pois, como enfatizam Lucca, Caldin e Righi (2015, p. 19), “a função social da literatura infantil consiste no desenvolvimento da Competência Informacional nas crianças, na medida em que estimula a refletir sobre as informações, questioná-las e usá-las na resolução de problemas.” Por conseguinte, em um mundo cada vez mais automatizado com menos oportunidades de trabalho braçal, é necessário que os menores se tornem adultos com capacidade de solucionar problemas de forma a manejar informações e conhecimentos.

2.3 As práticas de leitura como ações informacionais na ressocialização de menores infratores

Segundo Clarice Fortkamp Caldin (2003), o discurso literário infantil apresenta-se em uma linguagem carregada de ideologia. O uso social desse discurso reforça a estrutura vigente e, portanto, cabe à leitura preparar a criança para refletir sobre os valores da sociedade. A mesma autora relata que a leitura é uma questão pública, de forma que essa atividade deve estar atrelada às ações governamentais voltadas para o desenvolvimento sadio da pessoa humana, além de servir como lazer, caso se torne hábito na vida dos indivíduos. A leitura na infância pode ter forte influência na vida das pessoas quando se tornarem adultas.

Além disso, ler faz parte da prevenção contra os desvios sociais dos menores infratores, não apenas na formação dos indivíduos para a coletividade, mas também para a maximização do potencial pessoal para, quando adultos, tornarem-se pessoas produtivas. A leitura remonta à ideia de falar das várias significações que vão desde a decodificação das palavras até o sentido mais abrangente de criação e recriação de sentidos. O leitor tem a possibilidade de retirar do texto sentidos implícitos, criando até mesmo significados impensados pelo autor. O leitor atribui vida ao que lê (DARNTON, 1992).

Quando se fala de interpretação de textos, não se pode deixar de mencionar Freire (2006, p. 20):

[...] a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. [...] este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de 'escrevê-lo' ou de 'reescrevê-lo', quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente.

Nesse sentido, a percepção de mundo precede a leitura de forma que uma nova leitura irá alterar a percepção de mundo de quem ler. Quando se lê, absorve-se as percepções de mundo do autor de forma singular. Explica-se dessa forma que o indivíduo que lê um texto, passando-se anos, ao retornar ao texto provavelmente

fará uma nova leitura do mundo do autor, enfatizará outras partes do texto, como também poderá entender melhor o mesmo tema devido às percepções de mundo que obteve através de leituras pretéritas.

2.4 O papel inclusivo das bibliotecas em centros de internações na ressocialização de menores infratores

A aplicação da internação a um adolescente infrator é uma questão complexa, pois a privação de liberdade do menor gera mudanças abruptas no cotidiano de sua vida. Por conseguinte, a internação ocorre quando há violência ou grave ameaça, e reiteração da prática do ato infracional. Muitos julgamentos veem a internação como a única e efetiva solução. Porém, nem todo comportamento contrário à moral será um ato cabível de internação. Cabe salientar que reiteradas condutas criminais, ou atos mediante grave ameaça ou violência, configuram hipótese de aplicação da medida. É ainda importante mencionar que, mesmo que a internação pareça mais segura e correta, é um tipo de medida que deverá ser recorrida em último caso.

Os centros de reabilitação de menores são locais onde o bibliotecário pode exercer seu papel de agente incentivador, tendo em vista que são poucos centros que conseguem articular ações que efetivamente busquem ressocialização dos menores. Este tem sido um dos maiores problemas enfrentados no combate à criminalidade. As administrações dos centros de ressocialização têm o dever de fazer os adolescentes refletirem sobre quais comportamentos devem tomar na consecução de suas vidas sociais. Além disso, a humanização dos espaços reflete na autoestima das pessoas, como define Guilhardi (2002, p. 7):

A autoestima é o produto de contingências de reforçamento positivo de origem social. Assim, sempre que uma criança se comporta de uma maneira específica, e os pais a elogiam com alguma forma de atenção, carinho, afago físico, sorriso (cada uma dessas manifestações por parte dos pais pode ser chamada de reforço social generalizado positivo ou consequência positiva), estão usando contingências de reforçamento positivo, estão gratificando o filho. Por outro lado, toda vez que uma criança se comporta e os pais a repreendem, a criticam, se afastam dela, não a tocam, nem conversam com ela (cada uma dessas manifestações por parte dos pais pode ser chamada de estímulo aversivo ou consequência negativa), estão usando contingências coercitivas ou punindo o filho. A primeira condição aumenta a autoestima, a segunda diminui.

Diante do exposto, o bibliotecário não deve subestimar a importância do ambiente na promoção dos leitores. Quando se cita o ambiente da biblioteca ou do centro de reabilitação como um todo, não se está falando apenas do local em si, mas também da influência da convivência com outras pessoas. Por exemplo, caso o profissional bibliotecário consiga ajudar apenas uma criança a tornar-se leitora, na verdade ele plantou uma semente que certamente surtirá frutos, como a possibilidade de a criança instigar o interesse da leitura em outras pessoas que convivem com o pequeno leitor. Na mesma linha de pensamento, o bibliotecário além de ser um leitor ávido, para servir de padrão para os frequentadores do local, deve usar meios comunicativos para reforçar a vontade da criança em ler e aumentar a autoestima e vontade de desenvolver-se enquanto pessoa.

Um Impedimento para o desenvolvimento de atividades culturais nesses locais é a falta de estrutura física e de profissionais, que além de aumentar os números de adolescentes que fogem do local, realça a falta de investimentos por parte governo estadual, que segundo normas legais, ficou responsável pela atribuição de restrições de liberdade de menores infratores.

Figura 1- Superlotação em unidades de internação



Fonte: Márcia Foletto / Agência O Globo

O olhar triste das crianças na imagem acima reflete o desprezo que sofrem, além de fazerem parte, na maioria das vezes, de famílias desestruturadas, o estado os vê como algo inconveniente que não merece atenção. O abandono é nítido, para piorar a imagem é de um local do estado do Rio de Janeiro, onde as facções criminosas dominam as comunidades, mais conhecidas como favelas. Infelizmente, intervenções policiais têm pouco efeito ou efeitos superficiais quando se esquecem de olhar para a raiz do problema, por isso o cidadão deve ter em mente a importância da polícia, porém digamos que as ações policiais devem ser articuladas não só com departamentos diversos da corporação, mas também como o governo e suas políticas públicas. Diga-se que seja um conjunto, portanto as cobranças aos gestores devem ser como um *kit* que só terá o efeito desejado se vir completo; de forma que se tenha um policiamento ostensivo e investigativo eficiente para resolver problemas e situações urgentes e, paralelamente, ações a longo prazo voltadas à ressocialização de menores, bem como de adultos, além de fornecimento de qualidade de vida para as pessoas sem condições financeiras e, de forma geral, vulneráveis.

2.5 Bibliotecas Prisionais

Os resquícios do passado repressor, quando ainda não existia de fato estudos robustos sobre esse tema, fez com que hoje ainda seja senso comum dizer que as prisões foram criadas apenas para punir os infratores. Como consequência do caráter punitivo e repressor, um dos objetivos primordiais do cárcere é provocar nos criminosos a reflexão sobre seus próprios atos, de forma a refazê-los e reintegra-se à comunidade. As leis vigentes, inclusive, enfatizam e assinalam os meios possíveis – previstos em lei – para ressocialização dos encarcerados. Não precisa ir muito longe para perceber a importância da criação de repertórios sociais – no sentido de obter conhecimentos e características pessoais – para a reintegração dos infratores, basta reconhecer que no Brasil não existe pena de prisão perpétua, ou seja, todos os encarcerados tendem a sair dos presídios. Para Lindemann (2020), embora as prisões tenham sido geradas com o objetivo de tornar exemplar uma pena e, com isso, buscar estabelecer a correção dos atos e a reinserção social do indivíduo infrator, esses objetivos não se concretizaram no Brasil durante sua história. Segundo a autora, a maior parte das prisões brasileiras

estão superlotadas, degradadas em suas condições infra estruturais e assistenciais, com restrições na educação dos presos. Causa constantes conflitos, os objetivos e a eficácia do cárcere são questionados na atualidade por representantes dos direitos humanos, sociais, jurídicos e educacionais. Em razão disso, as intenções contidas nas leis não se realizam perante a distância entre a letra da lei e as realidades materiais das prisões.

É por meio da educação que se pode e deve preparar o indivíduo encarcerado para a liberdade, trazendo assim um índice menor de reincidência no crime e nesse ponto se coloca como fundamental a contribuição da sociedade, órgãos governamentais e universidades, conduzindo recursos e conhecimentos e estabelecendo vínculos com os diferentes grupos da sociedade. (LINDEMANN, 2020, p. 4)

Nesse sentido, uma das formas de tornar os prisioneiros aptos a voltar para a vida social é justamente através da leitura, apresentando-lhes repertório para voltar à comunidade. Anna, Zanette e Nascimento (2015) afirmam que as instituições prisionais necessitam de atividades para que seus internos possam envolver-se e, dessa forma, propiciar melhor interação no grupo, evitando-se conflitos. As atividades educacionais são essenciais para diminuir as consequências do ócio, evitando, por exemplo, a violência entre os detentos. Os autores enfatizam que se deve usar esse tempo ocioso para implementar atividades que instiguem a liberdade, a criatividade e a arte.

Por outro lado, os presídios não são locais tão simples para os profissionais bibliotecários. Segundo os estudos de Eiras (2007), o bibliotecário atuante nesses espaços deve adquirir competências específicas, como: possuir equilíbrio emocional, postura dinâmica, boa cultura geral, capacidade de adaptação ao ambiente prisional, boa comunicação oral com seus interlocutores, conhecimentos de línguas e dialetos (depende do país e do contexto), capacidade de liderança e supervisão no trabalho com os reclusos, interesse em trabalhar com a diversidade cultural, étnica e linguística presente nas prisões, gosto em trabalhar na educação de encarcerados, criatividade, sensibilidade, capacidade inventiva e de abstração, e, por fim, conhecimentos de Direito e de Legislação Penal.

Cabe ao bibliotecário a função de mediador da informação para transmitir o conhecimento nesses espaços. Além da função educativa, o bibliotecário, através das práticas desenvolvidas no contexto das bibliotecas prisionais, adquire outras responsabilidades, tendo em vista garantir as funcionalidades demandadas por

essas unidades de informação, que, segundo Eiras (2007), de modo amplo, devem se constituir como espaços com funções diversificadas, com intuito de fornecer leitura informal, conhecimento e autoaprendizagem, apoio educacional, cultura e lazer, informação legal e, sobretudo, condições de recolhimento, privacidade, informação social e reintegração.

O Brasil tem dado passos, mesmo sendo passos singelos, contam bastante para o desenvolvimento de políticas públicas, por exemplo, mais recentemente foi criada a Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais – CBBP, agora integrando a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições - FEBAB. Em uma entrevista realizada pela Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, na qual a entrevistada da vez foi Catia Lindemann, Presidente da CBBP, foi perguntado a ela com qual intuito a Comissão de Bibliotecas Prisionais foi criada?, em resposta disse que em razão da preocupação com a ausência de discussões e reflexões concernentes à temática das bibliotecas prisionais e respaldo dentro da relevância pertinente que envolve as unidades de informação presentes no cárcere. Além disso, o manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas 1994 entende que o acesso à informação é fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade como um todo. Neste sentido, a criação desta comissão encoraja as autoridades nacionais e locais a comprometerem-se no desenvolvimento das bibliotecas públicas, que devem oferecer serviços para todos, sem distinção de idade, cor, raça, religião ou condição social, inclusive pessoas privadas de liberdade.

Mesmo com esforços de alguns profissionais da área, Infelizmente, nada mais desanimador que a falta de investimento em uma educação e cultura de qualidade, conforme Paulo Freire nos mostrou, em consonância com as leis da Biblioteconomia de RANGANATHAN (2009), principalmente a segunda lei que diz que a cada leitor o seu livro, ou seja, a leitura deve ser interessante e inicialmente condizer com a realidade cultural de quem lê, não o contrário.

Almeida (2009, p. 26) relata que:

Ler não é caminhar sobre as letras, mas interpretar o mundo e poder lançar sua palavra sobre ele, interferir no mundo pela ação. Ler é tomar consciência. A leitura é antes de tudo uma interpretação do mundo em que se vive. Mas não só ler. É também representá-lo pela linguagem escrita. Falar sobre ele, interpretá-lo, escrevê-lo. Ler

e escrever, dentro desta perspectiva, é também libertar-se. Leitura e escrita como prática de liberdade.

De forma antagônica, a leitura em presídios faz com que os detentos se sintam livres do cárcere físico de seus corpos. Mesmo com a impossibilidade de sair do cárcere, ler os faz viajar em histórias, imaginar locais, pessoas e culturas diferentes. Portanto, através da leitura, o indivíduo cria seu próprio ambiente, retirando-se da hostilidade dos presídios e indo ao encontro de repertório social necessário para o retorno à sociedade.

3 METODOLOGIA

O objeto da pesquisa é a literatura bibliográfica e documental referente ao papel da leitura e da biblioteca na ressocialização de menores infratores. Para responder a esse tema, o estudo foi desenvolvido através de métodos qualitativos, de forma que, através da revisão de literatura, gerou-se interpretações concisas e coerentes à realidade no Brasil, no sentido de que através de informações e análises críticas pode-se conhecer fatos históricos e criar meios de exercer a cidadania, abrindo possibilidade de se exigir direitos, pois:

O acesso à informação e à leitura é condição básica para o exercício da cidadania e para uma participação ativa da sociedade, além de se constituir em condição fundamental para o desenvolvimento de práticas sociais, culturais e políticas que determinam a nossa existência no mundo e as nossas atuações profissionais. (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 187)

Ou seja, através da leitura se poderá chegar a resultados consistentes, porquanto a observação de vários pontos de vista de autores e produtores de material científico fazem com que se possa ter uma visão ampla da problemática, além de observar várias possibilidades para resolução dela.

A coleta de informações foi obtida a partir da documentação indireta das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. As pesquisas documentais focalizadas na documentação primária das leis e atos normativos e as pesquisas bibliográficas farão um levantamento dos artigos e comunicações de eventos sobre os assuntos da pesquisa. Os termos de busca selecionados para a pesquisa foram: biblioteca prisional, ressocialização, leitura infantil, leitura juvenil e leitura and prisional.

A pesquisa foi realizada exclusivamente na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), em toda a extensão temporal dos documentos indexados, a saber: 1972-2022. A BRAPCI é uma base de dados que indexa periódicos e eventos da Ciência da Informação, configurando uma fonte de informação específica para compor nosso levantamento bibliográfico. Foi selecionada para atender ao critério de cobertura temática do campo da Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e áreas correlatas.

A Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) é o produto de informação do projeto de pesquisa 'Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior', cujo objetivo tem sido subsidiar estudos e propostas na área de CI, fundamentando-se em atividades planejadas institucionalmente. Com esse propósito, são identificados os títulos de periódicos da área de CI e indexados seus artigos, constituindo-se o corpus da base de dados referenciais. Inicialmente ambientada no ProCite 5, a Base tem catalogado referências e resumos de textos publicados em periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área de CI a partir de 1972. Desde sua concepção até o desenvolvimento de uma versão funcional, a BRAPCI está contribuindo para estudos analíticos e descritivos sobre a produção editorial de uma área em desenvolvimento, ao subsidiar com uma ferramenta dinâmica estudantes, professores e pesquisadores não somente da área de CI, mas também de outras a ela relacionadas. Além disso, integra pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação na construção de saberes relacionados às áreas que contribuem para o processo de pesquisa requerido para sua concretização. (BUFREM *et al.*, 2010, p. 25)

A escolha do método bibliográfico se deu pelo fato deste ser desenvolvido “[...] com base em material já elaborado” (GIL, 2002, p. 44). Tendo em vista este contexto:

[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. (GIL, 2002, p. 45)

Os dados bibliográficos encontrados neste levantamento na BRAPCI foram submetidos ao tratamento informacional da revisão de literatura, de acordo com a questão e o plano da pesquisa, conforme sugerido por Jesson, Matheson e Lacey (2011, p. 12, tradução nossa):

Portanto, definimos a revisão sistemática como uma revisão com um objetivo claro, uma questão, uma abordagem de pesquisa definida, estabelecendo critérios de inclusão e exclusão, produzindo uma avaliação qualitativa dos artigos. [...] descrevemos seis etapas essenciais da metodologia que você deve seguir ao realizar uma revisão sistemática: 1 Definir a questão de pesquisa, 2 Desenhar o plano, 3 Pesquisa de literatura, 4 Aplicar os critérios de exclusão e inclusão, 5 Aplicar a avaliação de qualidade, 6 Síntese.

Os critérios de inclusão na revisão são:

- a) estudos que tratam da biblioteca prisional em associação à leitura como instrumento de ressocialização de menores infratores;
- b) tipos de produto científico: artigos e comunicações em eventos acadêmico-científicos (anais de eventos);
- c) disponibilidade: estudos disponíveis para download de texto completo.

Os critérios de exclusão na revisão são:

- a) estudos que tratam exclusivamente de um único conceito dentre os apresentados na seleção dos termos da pesquisa;
- b) estudos que tratam exclusivamente de outras relações entre leitura e biblioteca, que não estejam no escopo da biblioteca prisional ou da leitura como instrumento de ressocialização de menores infratores;
- c) estudos que excedam as fronteiras interdisciplinares que o propósito da pesquisa almeja;
- d) estudos biográficos.

A partir do tratamento e da seleção dos textos da revisão da literatura, a pesquisa realizou: 1) a avaliação dos textos selecionados, com especial atenção para o 1.1) fenômeno estudado, 1.2) problema analisado, 1.3) questões, objetivos e limitações do estudo, 1.4) revisão de literatura, 1.5) referencial teórico, 1.6) técnicas de coleta de dados aplicadas, 1.7) natureza dos dados, 1.8) validação dos dados, 1.9) achados encontrados (interpretação e implementação), e, 2) a síntese, com especial atenção para as 2.1) relações, 2.2) semelhanças e 2.3) diferenças entre os textos analisados na revisão de literatura. Por fim, como o trabalho no levantamento bibliográfico dedicou-se à coleta dos descritores de assuntos dos materiais recuperados, ao final a pesquisa apresentou-se uma representação temática dos termos indexados na revisão da literatura analisada.

4 RESULTADOS

Durante o processo de coleta dos resultados das pesquisas dos termos da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, a partir dos termos mencionados acima e no espectro temporal demarcado (1972-2022), constatou-se que havia duplicidade de alguns artigos e documento, em vista principalmente dos termos se correlacionarem. O primeiro procedimento após a coleta dos títulos e autores e as palavras chaves de todos os documentos encontrados, foi justamente a exclusão dos que estavam duplicados. Utilizou-se os recursos disponíveis na planilha do Excel, no qual foram inseridas as tabelas no aplicativo da Microsoft, de forma que se ordenou os resultados por sequência alfabética, para facilitar o reconhecimento das duplicidades. E após analisar se os artigos eram realmente duplicados, excluiu-se permitindo que prevalecesse somente o que foi pesquisado primeiro, segundo os termos iniciais da tabela. A planilha abaixo é um levantamento realizado na (BRAPCI), foram encontrados os seguintes resultados:

Quadro 1 – Levantamento bibliográfico na BRAPCI

Termo - Biblioteca prisional		
Autoria	Legenda Bibliográfica	Assuntos
SANTOS, R. F. D.; PRUDENCIO, D. S.	Atuação profissional e percepções sobre a temática biblioteca prisional: o discente em biblioteconomia da uff, ufrj e unirio em foco. CAJUR - Caderno de Informações Jurídicas, v. 5, n. 2, 2018.	Biblioteca prisional Atuação profissional Bibliotecário Sistema prisional Bibliotecário prisional
SOUSA, Francisca Liliana Martins de; PINTO, Virgínia Bentes	Biblioteca prisional e reinserção social: o olhar das internas do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa. Informação em Pauta, n. 2, v. 3, p. 31-49, 2018.	Biblioteconomia. Biblioteca Prisional. Reinserção Social. Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa. Sociopoética.
CINQUE, Yara Maria da Silva; OLIVEIRA, Caroline Gomes de; GRÁCIO, Maria Claudia Cabrini	Estudos relacionados a biblioteca prisional: análise bibliométrica na base Scopus (1927-2017)	Biblioteca Prisional. Análise Bibliometria. Base de Dado Scopus.
LINDEMANN, Cátia	Comissão de Bibliotecas Prisionais. [RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; v. 13, n. 1 (2017); 121-125]	Ciência da informação. Bibliotecas prisionais
ROMÁN, Antônio Martín	La influencia de la lectura em contexto de encierro y el marco jurídico de las bibliotecas	Biblioteca en la cárcel - Argentina.

Autoria	Legenda Bibliográfica	Assuntos
	de cárceres. [Cadernos de Informação Jurídica (Cajur); v. 5, n. 2 (2018); p. 68-93]	
ANNA, Jorge Santa; ZANETTI, Eni Maria de Souza Pinto; NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do	Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: práticas bibliotecárias em favor da inclusão social [Revista ACB; v. 20, n. 1 (2015): Anais do 32º Painel Biblioteconomia em Santa Catarina (2014); 67-85]	Informação. Cidadania. Bibliotecas prisionais. Competências bibliotecárias. Inclusão social.
COSTA, Amabile; BARROS, Camila Monteiro	Biblioteca prisional e a leitura nos espaços de privação de liberdade. [Revista ACB; v. 24, n. 2 (2019): Revista ACB: ISSN 1414-0594; 427-436]	Biblioteca prisional. Leitura. Espaços de privação de liberdade. Cárcere.
SILVA NETO, Epitacio Gomes; LEITE, Francisca Chagas Dias	Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso a informação e a cidadania. [BIBLOS; v. 25, n. 1 (2011); 47-58]	Biblioteca prisional. Informação. Cidadania.
SIQUEIRA, Thiago Giordano de Souza; LIMA, Ingrid de Souza	Diagnóstico das bibliotecas prisionais na cidade de Manaus -AM. [Revista ACB; v. 25, n. 3 (2020): Revista ACB: ISSN 1414-0594; 667-685]	Biblioteca prisional. Biblioteconomia Social. Leitura. Cidadania. Remição de pena.
LINDEMANN, Catia Rejane	Bibliotecas Prisionais: da prática bibliotecária à jurisprudência do livro e da leitura atrás das grades. [Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; v. 16 (2020); 1-27]	Biblioteca prisional – Jurisprudência. Biblioteca prisional – Conceito. Biblioteca prisional – Técnicas bibliotecárias. Biblioteconomia Social.
TONIN, Jaciana de Holanda Costa; SOUZA, Edivanio Duarte	A Seleção de Fontes de Informação em Bibliotecas Prisionais do Estado de Alagoas: do direito às condições de acesso do usuário apenado. [Ciência da Informação em Revista; v. 1, n. 1 (2014); 47-63]	Bibliotecas prisionais. Ressocialização do apenado. Seleção de fontes de informação. Usuário apenado
COSTA, Amabile; PIZARRO, Daniela Câmara; BARROS, Camila Monteiro	Biblioteca da penitenciária de Florianópolis: um espaço sociocultural e educativo. [Revista ACB; v. 23, n. 3 (2018): Revista ACB: ISSN 1414-0594; 372-387]	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Biblioteca Prisional. Penitenciária. Florianópolis. Remição de Pena.
COLARES, Leni Beatriz; LINDEMANN, Catia Rejane	Implantação da Biblioteca no Cárcere: desafios e possibilidades. [Informação & Sociedade: Estudos; v. 25, n. 3 (2015); 205-215]	Biblioteconomia. Biblioteca Prisional. Biblioteconomia Social.
CARVALHO, Cristina; CARVALHO, Marcelo Dias; CARVALHO, Cristina	Projetos de mediação de leitura e bibliotecas em presídios femininos. [Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação; v. 4, n. 1 (2017): Número Temático - Tolerância à Diversidade; 136-163]	Biblioteca Prisional Feminina. Mediação de Leitura. Formação e Desenvolvimento de Coleção.
ZAMITE, Adriana Isidório da Silva	A leitura e o audiovisual como estímulo para liberdade. [RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; v. 15 (2019); 406-417]	Audiovisual. Prática de Leitura. Biblioteca Prisional. Bibliotecário Social.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho	Perspectivas de atuação das bibliotecas prisionais e as contribuições para a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. [RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; v. 14, n. 3 (2018); 104-122]	Biblioteca. Biblioteca Prisional. Agenda 2030. Organização da Nação Unida. Biblioteconomia. Comunidade Carcerária.
FERNANDES, Raquel Gonçalves da Silva de Araújo; VIEIRA, Camila Conceição Barreto; FERNANDES JUNIOR, Paulo Roberto; ARAÚJO, Germana Gonçalves de	50 tons de cinza e relacionamento abusivo: um olhar do cárcere. [RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; v. 15 (2019); 390-405]	Biblioteca Prisional. Mediação Cultural. Empoderamento Feminino.
MOREIRA, Mayrilly Aparecida Araújo; ALMEIDA, Vitória Gomes	Descolonizando a Justiça, Democratizando a Informação. [Folha de Rosto; v. 7 n. 1 (2021): jan./abr.; 48-84]	Biblioteconomia Social. Biblioteca Prisional. Papel Social. Bibliotecário.
COSTA, Amabile; BARROS, Camila Monteiro	Diretrizes para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas prisionais: um estudo na Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis. [Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação; Vol. 14 No. 3 (2021); 702-721]	Biblioteca Prisional. Desenvolvimento de Coleção. Análise de Conteúdo. Educação. Análise de Conteúdo.
COSTA, Amabile; LINDEMANN, Catia Rejane; PIZARRO, Daniela Câmara; SILVA, Joel Nunes da	Bibliotecas prisionais catarinenses e a ausência do bibliotecário. [Revista ACB; v. 21, n. 3 (2016): Anais do 34º Painele Biblioteconomia em Santa Catarina (2016); 874-885]	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Biblioteconomia Social. Biblioteca Prisional. Direito Humano. Bibliotecário.
COSTA, Amabile; SALES, Rodrigo	Biblioteca prisional: um espaço heterotópico. [Brazilian Journal of Information Science: Research Trends; Vol. 15 (2021): continuous publication]	Biblioteca Prisional. Espaço de Privação de Liberdade. Agente do Devir.
TEXEIRA, Marcelo Votto; CAMPOS, Joares Pescador Lemes de	O Bibliotecário como membro de projetos de leitura em bibliotecas prisionais no estado de Santa Catarina. [Revista ACB; v. 24, n. 3 (2019): Revista ACB: ISSN 1414-0594; 546-559]	Biblioteconomia. Incentivo à Leitura. Bibliotecário. Biblioteca Prisional. Projeto de Leitura. Ampliando o Alcance à Liberdade por Meio da Leitura (Projeto Social). Novo Horizonte (Projeto Social).
COSTA, Amabile; BARROS, Camila Monteiro	A constituição do acervo da biblioteca da Penitenciária de Florianópolis. [InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação; v. 10 n. 2 (2019); 55-70]	Biblioteca Prisional. Análise de Bardin. Desenvolvimento de Coleção.
ZAMITE, Adriana	Informação no cárcere: direitos e garantias dos apenados do regime fechado do sistema	Fonte de Informação. Encarcerado

Isidório da Silva; GRIGOLETO, Maira Cristina	penal do estado do Espírito Santo: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação; Vol. 15 No. 1 (2022): Revista Ibero-americana de Ciência da Informação; 89-105]	o. Biblioteca Prisional. Acesso à Informação. Fuentes de Información.
SOUSA, Francisca Liliana Martins de; PINTO, Virgínia Bentes; FARIAS, Maria Giovanna Guedes	Sujeitos em privação de liberdade pela ótica da Ciência da Informação. [InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação; v. 11 n. 1 (2020); 10-32]	LISA. Sujeito em Privação de Liberdade. Biblioteca Prisional. Revisão Integrativa. Ciência da Informação. Base de Dado.
CINQUE, Yara Maria da Silva; ALMEIDA, Carlos Cândido de	Acesso à leitura e remição de pena no Brasil: uma análise crítica visando a agenda 2030 da ONU. [Biblios: Journal of Librarianship and Information Science; Núm. 78 (2020); 77-87]	Acesso à Leitura. Agenda 2030 da ONU. Leitura em Unidade Prisional. Remição de Pena.
Termo - Ressocialização		
MIOTTO, N.	Leitura no cárcere: um caminho para a liberdade. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 13, p. 32-52, 2017.	Ressocialização de apenado Literatura Leitura Espaço de leitura Humanização do espaço prisional ENEM para Pessoa Privada de Liberdade
BARBOSA, Andreza Gonçalves; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento	Políticas de ressocialização no cárcere: mapeamento e discussão das ações previstas pela legislação brasileira. [Comunicação & Informação; v. 25 (2022): Comunicação & Informação; 498-519]	Política de Ressocialização. Direito Humano. Sistema Prisional Brasileiro. Lei de Execução Penal 7210.
CARMO, Hermano; CARMO, Teresa Maia e	Valor dos MOOC na educação para a cidadania. [Inclusão Social; v. 10, n. 1 (2016): Tecnologias educacionais e educação à distância]	Inclusão Social. Educação. Conjuntura. Macrotendência. Educação para a Cidadania. MOOC. Para digma Digital.
ZAMITE, Adriana Isidório da Silva	A LEITURA E O AUDIOVISUAL COMO ESTÍMULO PARA LIBERDADE [RBBDD. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; v. 15 (2019); 406-417]	Audiovisual. Prática de Leitura. Biblioteca Prisional. Bibliotecário Social.
TEIXEIRA, Rafaela Pereira; FERREIRA, Maria Mary Ferreira Mary	As bibliotecas comunitárias como alternativa de inclusão social para comunidades periféricas da ilha de São Luís, Maranhão: estudo sobre o bairro da Vila Embratel. [Múltiplos Olhares em Ciência da Informação - ISSN 2237-6658; v. 3, n. 2 (2013)]	Bibliotecas comunitárias. Comunidade da Vila Embratel. Leitura como Inclusão Social.
PINHEIRO, Edna Gomes	Ongs e mediação da informação em comunidades periféricas [Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação; v. 12 n. 1 (2019)]	mediação da informação, organizações

Termo – Leitura infantil		
SILVA, Marta Benjamim da; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; NOGUEIRA, Carine Rodrigues	Políticas públicas para a leitura no Brasil: implicações sobre a leitura infantil. [PontodeAcesso; v. 6, n. 3 (2012); 20-46]	Biblioteconomia. Leitura. Política Pública de Leitura. Leitura no Brasil. Leitura Infantil.
PEREIRA, Elana de Jesus; FRAZÃO, Gabrielle Carvalho; SANTOS, Luciana Castro dos	Leitura infantil: o valor da leitura para a formação de futuros leitores. [Múltiplos Olhares em Ciência da Informação - ISSN 2237-6658; v. 3, n. 2 (2013)]	Leitura infantil. Incentivo. Conhecimento
AGUIAR, Niliane Cunha; PEREIRA, Sara Dantas Oliveira	A leitura infantil na perspectiva da Ciência da Informação brasileira: análise bibliométrica [Revista Cajueiro: Ciência da Informação e Cultura da Leitura; Vol. 3 No. 2 (2021)]	Leitura Infantil. Ciência da Informação. Competência informacional infantil.
CUNHA, Ana Paula Turatti da; CALDIN, Clarice Fortkamp; JACINTHO, Eliana Maria Dos Santos Bahia	A carência de estudos sobre literatura infantil nos currículos de graduação de Biblioteconomia no Brasil. [Revista ACB; v. 25, n. 2 (2020); 201-221]	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Literatura Infantil. Biblioteconomia no Brasil. Currículo. Leitura Literária.
PANET, Carmem de Farias	Atividades Educativas na Biblioteca Infantil. [Cadernos de Biblioteconomia, v. 9, n. 1, 1985, p. 61-74.]	Children. Biblioteca Infantil. Hábito de Leitura. Criança.
MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade	Leitura recreativa infantil: uma revisão bibliográfica	Leitura. Recreação. Infância. Estudo.
CALDIN, Clarice Fortkamp	A função social da leitura da literatura infantil [Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação; v. 8, n. 15 (2003); 47-58]	Ciência da Informação. Biblioteconomia. Leitura. Função Social. Literatura Infantil. Reading-social Function. Childish Literature-social Function. Reading and Story Telling.
SILVA, Carla Elisabete Cassel; ROCHA, Milene Linden da; CAREGNATO, Sonia	Projetos de leitura vão às escolas. [Revista de Biblioteconomia & Comunicação, v. 8, n. 1, 2000, p. 325-330.]	Leitura. Literatura infantil e juvenil. Extensão Universitária.
STOCKER, Claudia Teresinha	Biblioteca Pública Infantil de Sergipe: uma experiência com projetos de incentivo a leitura a partir da primeira infância. [RBBD. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; v. 13 (2017): CBBB 2017; 1621-1632]	Dinamização de Biblioteca. Biblioteca Pública. Biblioteca Infantil. Incentivo à Leitura. Formação de Leitor.
ALVES, Mariana de Souza	Leitura, literalidade e literatura infantil: reflexões necessárias à Biblioteconomia. [Informação@Profissões; v. 9, n. 1 (2020); 143-162]	Ciência da Informação. Biblioteconomia. Leitura. Literatura. Literalidade. Literatura Infantil. Lectura.

MATOS, José Claudio Morelli; CALDIN, Clarice Fortkamp; JACINTHO, Eliana Maria Santos Bahia	Dewey e Lewis: a noção de crescimento e o valor da experiência literária para crianças. [Revista ACB; v. 26, n. 2 (2021): Revista ACB: ISSN 1414-0594; 1-13]	Ciência da Informação. Biblioteconomia. C. S. Lewis. John Dewey. Literatura Infantil. Crescimento. Biblioteca.
LUCCA, Djuli Machado de; CALDIN, Clarice Fortkamp; RIGHI, João Primo Ramirez	O desenvolvimento da Competência Informacional nas crianças a partir da literatura infantil	Ciência da Informação. Biblioteconomia. Competência Informacional. Letramento Informacional. Literatura Infantil.
FLECK, Felícia de Oliveira; CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da; CALDIN, Clarice Fortkamp; CALDIN, Clarice Fortkamp	Livro ilustrado: texto, imagem e mediação. [Perspectivas em Ciência da Informação; v. 21, n. 1 (2016); 194-206]	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Literatura. Livro Ilustrado. Mediação de Leitura. Bibliotecário.
CALDIN, Clarice Fortkamp	A leitura como função pedagógica: o literário na escola Reading and its pedagogical function: literature in school [Revista ACB; v. 7, n. 1 (2002): Revista ACB: ISSN 1414-0594; 20-33]	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Literatura Infantil. Leitura. Função Pedagógica. Escola e Leitura.
KNOCHE, Liège Maria Martins	Contar, ler e brincar: a importância da contação e da leitura de histórias aliadas ao lúdico como agentes transformadores da rotina hospitalar Tell, read and play: the importance of reading and telling stories allied to ludic as transforming agents... [Revista ACB; v. 18, n. 1 (2013): Anais do 31º Painel Biblioteconomia em Santa Catarina (2012); 576-598]	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Promoção da Leitura. Contação de História. Leitura Infantil. Ludicidade.
MELO, Maurizeide Pessoa de; NEVES, Dulce Amélia de Brito	A importância da biblioteca infantil	Promoção da Leitura. Contação de História. Leitura Infantil. Ludicidade.
FERRER, Maria Edimeia; CALIXTO, Regina Helena de Castro; FERREIRA, Henrique M. C.; MELLO, Ricardo Ignacio; BISSOLATI, Noemia	O Projeto "Pequenos Sócios, Grandes Leitores" e a atuação dos profissionais bibliotecários no incentivo à leitura para crianças. [CRB-8 Digital, v. 4, n. 1, 2011, p. 17-30.]	Incentivo a leitura. Leitura na Primeira Infância. Biblioteca escolar.
RASTELI, Alessandro	Mediações leitoras e serviços de extensão em bibliotecas como estratégias de desenvolvimento cultural com o público infantil. [Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; v. 17 (2021); 1-20]	Mediação da Leitura. Criança. Serviço de Extensão. Corona Vírus. Bibliobus Mèdiathèque.
	A Criança, o Livro e a Biblioteca: o Estudo de	Educação

MORAES, Lilian	Usuário na Educação Infantil[CRB-8 Digital, v. 4, n. 1, 2011, p. 59-63.]	Infantil. Estudo de Usuários. Livraria. Leitura.
AMORIM, Aryanna da Costa; ALMEIDA, Larisse Macêdo de; CASTRO, Luíza Nívea de Brito	Ação cultural na biblioteca pública. [Múltiplos Olhares em Ciência da Informação - ISSN 2237-6658; v. 3, n. 2 (2013)]	Biblioteca Pública. Setor infantil. Ação cultural. Leitura
VILELA, Rafaela	Bibliotecas públicas infantis: histórias de ontem e hoje	Biblioteca Pública. Infância. Livro e Leitura.
PINHEIRO, Mariza Ines da Silva; JACINTO, Vera Lúcia Gaporin	Leitura Literária Infantil e o Papel do Bibliotecário Mediador. [Ciência da Informação em Revista; v. 5, n. 1 (2018); 70-80]	Ciência da Informação. Biblioteconomia. Leitura Literária Infantil. BIBLIOTECA ESCOLAR. Bibliotecário Mediador. Moral da História.
MOREIRA, Margareth Egídia; DIAS, Eduardo José Wense	Análise de assunto da literatura infantil: o feijão e o sonho embalados para viagem. [Cadernos BAD; n. 2 (2007)]	Literatura infantil. Lúdico infantil
RAMOS, Penha Élide Ghiotto Tuão; MARTINS, Analice de Oliveira	Literatura infantil e hipertextualidade: aproximações possíveis a partir da sequenciação narrativa. [Revista Cajueiro: Ciência da Informação e Cultura da Leitura; v. 2 n. 2 (2020): Revista Cajueiro: Ciência da Informação e Cultura da Leitura - v. 2 n. 2 (2020): maio/nov. 2020; 25-59]	Ciência da Informação. Biblioteconomia. Literatura infantil. Intermediador.
FURTADO, Cassia Cordeiro; OLIVEIRA, Lídia de Jesus	Aplicativos de Literatura-serviço: experiência e comportamento do usuário infantil. [Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia; Vol. 14, No 1 (2019)]	Aplicativos de leitura. Infantil. Experiências
BEZERRA, Maria Aparecida da Costa	Encontro com o Livro. [CRB-8 Digital, v. 4, n. 1, 2011, p. 11-16.	Biblioteca escolar. Leitura.
HOMMERDING, Nádia Maria dos Santos	O papel da biblioteca pública no Letramento Infantil (Early Literacy): o modelo norte-americano e a oportunidade brasileira. [Ciência da Informação; v. 41, n. 2/3 (2012)]	Ciência da Informação. Bebê. Criança. Cuidador de Criança. Letramento Infantil. Biblioteca Pública.
DUARTE, Evandro Jair; MATA, Claudete Terezinha da; CALDIN, Clarice Fortkamp	A Competência Informacional para a seleção e disseminação do acervo literário infantil da Biblioteca Pública Municipal Barreiros Filho: olhar estético. [Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação; v. 19, n. 41 (2014); 59-82]	Ciência da Informação. Biblioteconomia. Funcionário de Biblioteca. Biblioteca Pública Municipal Barreiros Filho. Acervo Literário Infantil. Dimensão Estética da Competência Informacional.
CARDOSO, Ana Carolina	Ações culturais de fomento à leitura em bibliotecas escolares. [Biblionline; v. 13 (2017); 4-9]	Ciência da Informação. Biblioteconomia. Funcionário de

		Biblioteca.
MARTINS, Marcus Vinicius Rodrigues	Bibliotecas Públicas e escolares nos discursos de Cecília Meireles e Armanda Álvaro Alberto: acervos e práticas de leituras. [Perspectivas em Ciência da Informação; número especial 2014; 227-241]	Ciência da Informação. Biblioteconomia. Funcionário de Biblioteca.
MARTINS, Leoneide Maria Brito	A coleção da biblioteca escolar e acessibilidade: o processo de seleção de livros de literatura infantil e juvenil. [Convergências em Ciência da Informação; v. 2 n. 3 (2019): Anais do 3º Encontro Regional Norte-Nordeste de Educação em Ciência da Informação – 3º ERECIN N-NE; 29-68]	Coleção da biblioteca escolar. Literatura e acessibilidade. Literatura infantil e juvenil.
CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de; SILVA, Márcia Regina	Breves reflexões sobre a leitura hipertextual no contexto das bibliotecas escolares. [PontodeAcesso; v. 10, n. 1 (2016); 2-13]	Ciência da Informação. Leitura Hipertextual. Biblioteca escolar. Bibliotecário.
FURTADO, Cassia Cordeiro; OLIVEIRA, Lídia	Literatura-serviço: a literatura infantil para a geração Alpha. [Páginas a&b: arquivos e bibliotecas; 3ª série. Nº especial (2020); 60-73]	Aplicativo TecTeca; Ciência da Informação; Design da Experiência do Usuário; Literatura-serviço
ABREU, Ana Caroline; BEDIN, Jéssica; SENA, Priscila Machado Borges	Mediação da leitura e literatura na educação infantil para o desenvolvimento integral. [InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação; v. 12 n. 2 (2021); 89-108]	Literatura Infantil. Biblioteca escolar. Desenvolvimento Integral. Base Nacional Comum Curricular.
VÁLIO, Else Benetti Marques	Leitura: uma prioridade nas instituições educacionais inglesas e escocesas. [Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, v. 16, n. 1, 1987, p. 84-96.]	Leitura. Biblioteca escolar
ESTEFANO, Luiza; SALES, Rodrigo	Programas de leitura assistida por cães no contexto da Biblioteconomia. [Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; v. 17 (2021); 1-26]	Programa de Leitura Assistida. Criança. Biblioteca. Biblioteconomia.
OLIVEIRA, Flávia Reis de; SILVA, Sabrina Vaz da; NOGUEIRA, Rafaela Dala Riva	Biblioteconomia social por meio do projeto de extensão: "Arvoreteca - incentivando a leitura". [RBBBD. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; v. 13 (2017): CBBBD 2017; 2104-2118]	Biblioteconomia Social. Biblioteca Universitária. Biblioteca Alternativa. Incentivo à Leitura. Projeto Social.
PEREIRA, Ana Paula; NASCIMENTO, Ana Paula Silva; CAVALCANTE, luciane de fatima beckman; SILVA, Terezinha Elizabeth da	Mediação Cultural na contação de histórias da Biblioteca Pública Infantil de Londrina. [Informação & Sociedade: Estudos; v. 29 n. 4 (2019); 225-250]	Literatura Infantil. Biblioteca escolar. Desenvolvimento Integral. Base Nacional Comum Curricular.
VIDAL, Diana Gonçalves	Experiências do passado, discussões do presente: a Biblioteca Escolar Infantil do Instituto de Educação Caetano de Campos (1936-1966)	Literatura Infantil. Biblioteca escolar. Discussões do presente

SILVA, Aparecida de Almeida	As livrarias como espaço de mediação de leitura. [BIBLOS; v. 23, n. 2 (2009); 117-126]	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Informação e Tecnologia. Mediação de Leitura Literária para Criança. Espaço de Mediação. Livraria.
AMORIM, Marcela Lopes Mendonça Coelho de	A biblioteca escolar: leitura e transformação. [Biblioteca Escolar em Revista; v. 2 n. 1 (2013); 106-124]	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Informação e Tecnologia. Mediação de Leitura Literária para Criança. Espaço de Mediação.
SILVA SOBRINHO, Telma Socorro; COIMBRA, Cláudia Saldanha	bioteca comunitária Bruno Fenzl: um estudo de caso de seu papel educativo no contexto da comunidade de Caruará, Marahú e Paraíso na Ilha de Mosqueiro. [BIBLOS; v. 33, n. 2 (2019); 148-162]	Biblioteconomia. Biblioteca Comunitária.
SENNÁ, Ana; BARBOSA, Maria de Fatima S. O.; SOUZA, Thaianne Almeida	Biblioteca infantil como lugar de encantamento. [Revista Conhecimento em Ação; Vol 2, No. 1, Jan-Jun (2017); 108-125]	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Leitura. Biblioteca Infanto-juvenil-Brasil. Transtorno Mental. Inclusão Social.
CARVALHO, Carla Broseghini Moreira de	Biblioteca viva em hospitais: a importância da leitura como estratégia de humanização, a experiência do Instituto Fernandes Figueira. [RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; v. 14, n. 2 (2018); 143-154]	Humanização da Assistência. Humanização do Serviço de Saúde. Criança. Livro e Leitura. Criança Hospitalizada.
HOMMERDING, Nádia Maria dos Santos	Letramento Infantil na Biblioteca Escolar: desenvolvendo habilidades básicas para futuros leitores competentes. [Biblioteca Escolar em Revista; v. 4 n. 2 (2016); 33-52]	Letramento. Alfabetização. Primeira infância. Professores. Bibliotecários. Letramento infantil. Early literacy. Biblioteca escolar. Bebês. Crianças
PEREIRA, Ana Paula ONÓRIO, André Luís Coneglian BORTOLIN, Sueli ALCARÁ, Adriana Rosecler	O livro de imagem e a inclusão da criança surda na biblioteca escolar. [Perspectivas em Ciência da Informação; v. 26, n. 2 (2021); 104-123]	Ciência da Informação. Biblioteconomia. Aluno Surdo. Livro de Imagem. Mediador da Leitura. Biblioteca Escolar Acessível. Leitor Surdo.
DANIEL, Fabiana; PASSOS, Lidyani Mangrich dos; CARVALHO, Lucimara Aparecida; VALERIM, Patrici	A atuação do carro-biblioteca como agente de transformação nas comunidades rurais da ilha de Santa Catarina de outubro de 1996 a novembro de 1997 p. 97- 112. [Revista ACB; v. 3, n. 3 (1998): Revista ACB: ISSN 1414-0594; 97-11	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Biblioteca Ambulante. Carro Biblioteca. Comunidade Rural. Leitura.
AGUIAR, Niliane Cunha	Organização da informação em bibliotecas escolares: contribuições para a competência	Biblioteconomia. Ciência da Informação.

	informacional infantil. [Biblioteca Escolar em Revista; v. 1 n. 2 (2012); 31-44]	Biblioteca escolar.
PEREIRA, Ana Paula; BORTOLIN, Sueli; SILVA, Rovilson José	Mediação com livro sem palavras na biblioteca escolar: o que fazer com os temas "doloridos"? [Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; v. 18, n. 2 (2022): Dossiê IV Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação; 1-2]	Livro Sem Palavra. Tema Difícil. Tema Dolorido. Mediação da Leitura. Mediação da Literatura.
BISON, Cleci; ZORZETTO, Ellen Mariana; FERREIRA, Karen Júlia Coldebella	Momento do conto em cantos: literatura e música na biblioteca pública de Concórdia (SC). [Revista ACB; v. 23, n. 3 (2018): Revista ACB: ISSN 1414-0594; 510-531]	Biblioteconomia. Ação Cultural. Formação de Leitores. Literatura. Música. Biblioteca. Contação de História.
MONTESI, Michela	A leitura das redes sociais: possibilidades da análise para o pesquisador. [Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação; Vol 8 No 1 (2015); 67]	Biblioteconomia. Formação de Leitores. Biblioteca. Leitura em redes sociais
PEREIRA, Ana Paula; BORTOLIN, Sueli	O mediador e a mediação de literatura para crianças surdas. [Biblioteca Escolar em Revista; v. 5 n. 1 (2016); 83-104]	Mediação da Leitura. Mediação da Literatura. Crianças surdas. Livro de imagem
FURTADO, Cassia Cordeiro	Geração Alpha e a leitura literária: os aplicativos de literatura - serviços incentivam a prática? [RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; v. 15 (2019); 418-431]	Literatura-serviço. Geração Alpha. Livro Digital Interativo. Biblioteca escolar. Literatura Digital. Aplicativo TecTeca.
CAMPELLO, Bernadete dos Santos; MAGALHAES, Carlos Henrique de; XAVIER, Giovanna Vasconcellos; DISKIN, Leonardo da Costa; VILACA, Marcia Margarida; DIAMANTINO, Simone Alves; SANTOS, Sirlene Aparecida dos; SANTOS, Waldete Rodrigues dos; CAMPELLO, Bernadete dos Santos	A coleção da biblioteca escolar na perspectiva dos parâmetros curriculares nacionais. [Informação & Informação; v. 6, n. 2 (2001); 71-88]	Biblioteca escolar. Material Didático. Leitura. Parâmetro Curricular Nacional.
CALDIN, Clarice Fortkam	A aplicabilidade terapêutica de textos literários para crianças 10.5007/1518-2924.2004v9n18p72. [Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação; v. 9, n. 18 (2004); 72-89]	Ciência da Informação. Biblioteconomia. Literatura Infantil. Leitura para Criança Hospitalizada. Função Terapêutica da Leitura. Catarse. Children Literature. Reading for

		Hospitalized Children. Therapeutic Function of Reading. Catharsis. C. L literacy and Reading.
ANDRADE, Lucas Veras de; MELO, Ana Caroline Viana de	Um diálogo entre a vida real e a literatura infanto-juvenil: uma experiência de leitura na perspectiva da produção de sentidos. [Informação@Profissões; v. 6, n. 1 (2017); 162-173]	Biblioteconomia. Psicologia. Educação. Bibliotherapy. Biblioterapia. Literatura infantojuvenil. Método Cartográfico. Alice no País da Maravilha. Literatura Infanto-juvenil. Pesquisa-Intervenção.
ÁVILA, Bruno; SILVA, Murilo	Infant Hospital Library: Case Study in a Brazilian Public Hospital. [Brazilian Journal of Information Science: Research Trends; Vol. 15 (2021): continuous publication; e02130]	Infant Hospital Library. Specialized Software. Collection Development Policie. Collection Development Policies.
FURTADO, Cassia Cordeiro; OLIVEIRA, Lídia	Livros digitais, sistemas hipermediáticos e partilha literária para leitores infantis. [Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia; Vol. 10, No 1 (2015)]	livro digital, biblioteca digital, redes sociais, interação homem-computador e usabilidade infantil.
COSTA, Paulo Sérgio Ramos da; FUJINO, Asa	O usuário infantil na biblioteca pública: reflexões sobre critérios para desenvolvimento de acervo. [Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; v. 18 (2022); 1-25]	Development of Collections. Desenvolvimento de Coleção. Biblioteca Pública. Público Infantil.
CALDIN, Clarice Fortkamp; BLATTMAN N, Ursula	Letramento digital: e-books interativos para crianças. [ÁGORA: Arquivologia em debate; v. 30, n. 61 (2020); 680-702]	Ebook. Ciência da Informação. Arquivologia. Letramento Digital. Uso da Informação. Literatura Infantil. Livro Impresso. Livro Eletrônico. E-books Interativo para Criança. Acesso à Informação.
NASCIMENTO, Lorayne Kelly da Silva; CARVALHO, Luciana Moreira	Ação cultural na Biblioteca Escolar Visconde de Sabugosa do Nei-UFRN: práticas de incentivo à leitura e desenvolvimento sociocultural. [Revista Informação na Sociedade Contemporânea; v. 1 n. 3 (2017); 1-19]	Ação cultural. Biblioteca escolar. Bibliotecário - biblioteca escolar.
NOVA, Vera Lúcia de Carvalho CASA; BARBOSA, Rosaly Isabel Senra	Análise de uma experiência no Carro-Biblioteca da Escola de Biblioteconomia/UFMG com textos de Cordel. [Cadernos de Biblioteconomia, v. 6, n. 1, 1983, p. 15-27.]	UFMG. Literatura de Cordel. Carro Biblioteca.
	Bibliotecário na formação de leitores em	Bibliotecário. Formação

SILVA, Keina Maria Guedes da; LENDENGUE, Maria do Livramento de C.	potencial. [Biblionline; Edição Especial: XXXIII Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão]	de Leitores.
SOUZA, Alberto Carlos de; PRIORE, Mary Del; FIGUEIREDO, Túlio Alberto Martins de	Maria... maria(s): uma leitura infantil de gênero a partir da musicalidade de Milton Nascimento. [Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura; Vol. 12 No. 3 (2010)]	Gênero. Música Popular Brasileira. Criança. Educação Artística. Economia Política da Comunicação e da Cultura.
NOVA, Vera Lúcia de Carvalho CASA; BARBOSA, Rosaly Isabel Senra	Análise de uma experiência no Carro-biblioteca da Escola de Biblioteconomia da UFMG com textos de Cordel. [Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, v. 12, n. 2, 1983, p. 213-232.]	Literatura de Cordel. Carro Biblioteca. Escola de Biblioteconomia da Ufmg.
SANTOS, Marcos Pastana; DINIZ, Cládice Nóbile	A inclusão dos usuários com transtorno de espectro autista pela prática do letramento informacional na biblioteca escolar. [Revista ACB; v. 23, n. 1 (2018): Revista ACB: ISSN 1414-0594; 92-106]	Biblioteconomia. Educação. Transtorno de Espectro Autista. Biblioteca escolar. Letramento Informacional. Desenho Universal.
JÚLIO, Andreia das Dores Silva	Biblioteca Escolar de Instituição Particular de Ensino: relato de experiência. [Biblioteca Escolar em Revista; v. 2 n. 1 (2013); 96-105]	Biblioteconomia. Educação. Biblioteca escolar. Letramento Informacional.
FURTADO, Cassia Cordeiro; OLIVEIRA, Lídia	BIBLON: plataforma de incentivo a leitura literária para crianças. [InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação; v. 2 n. 1 (2011); 68-85]	leitura, escrita, redes sociais, literatura infantil, Biblon.
MOTOYAMA, Juliane Francischetti Martins; SOUZA, Renata Junqueira de	Biblioteca escolar x sala de leitura: uma análise reflexiva da realidade de Presidente Prudente (SP). [Revista Bibliomar; v. 19, n. 2, jul./dez. 2020; 238-2]	Educação. Biblioteca escolar. Sala de Leitura. Organização de Biblioteca Escolar. Professore Readaptado.
BEDIN, Jéssica; CHAGAS, Magda Teixeira; SENA, Priscila Machado Borges	Competência informacional em biblioteca escolar: ações para o desenvolvimento Information literacy at school library: actions for development. [Revista ACB; v. 20, n. 3 (2015): Anais do 33º Painel Biblioteconomia em Santa Catarina (2015); 363-372]	Biblioteconomia. Letramento informacional. Mediação
RUIZ, Tássia; MARTINS, Rosane Fonseca de Freitas	A resposta de crianças com deficiência visual as relações texto-imagem no livro ilustrado contemporâneo. [Informação & Informação; v. 23, n. 3 (2018); 646-672]	Design Editorial. Design de Informação. Educação. Livro Ilustrado. Deficiência Visual. Relação Texto-imagem.
EGGERT-STEINDEL,	Imagens/memórias da Biblioteca Pública de	Biblioteconomia. 1-

Gisela; SILVA NETO, José Augusto da; MARQUES, Ana Caroline Remor Corre; WADA, Ana Clara Mitsuko; TOLEDO, Luciane Gonçalves; EGGERT-STEINDEL, Gisela; WADA, Ana Clara Mitsuko	Santa Catarina: uma leitura da memória volátil fixada pela fotografia (1980 - 2011). [Perspectivas em Ciência da Informação; v. 18, n. 4 (2013); 127-138]	Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC). Imagem (1980. 2011). 2- Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC). Memória. 3. Representação Cultural. 4- Ação Cultural. 5. Formação Continuada.
LIMA, Daiana de; CALDIN, Clarice Fortkamp	Aplicação da biblioterapia na Escola Básica Municipal Luiz Cândido da Luz Application of bibliotherapy in the primary,. [Revista ACB; v. 18, n. 1 (2013): Anais do 31º Painel Biblioteconomia em Santa Catarina (2012); 599-622]	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Biblioterapia. Biblioteca escolar. Leitura. Bibliotecário. Elemento Biblioterapêutico.
MENDES, Cíntia; ARAÚJO, Beatriz Cristiane de	Classificação infantojuvenil: as seções da Biblioteca Rubem Braga	Classificação Infantojuvenil. Organização de Acervo. Biblioteca escolar. Biblioteca Pública. Mediação de Leitura.
CARMO, Juliana Rabelo do; SOUSA, Leonardo Silva	Educomunicação: um novo olhar sobre os meios de comunicação. [Múltiplos Olhares em Ciência da Informação - ISSN 2237-6658; v. 3, n. 2 (2013)]	Biblioteca. Literatura infantil
CALIXTO, Anny Caroliny Leite; BELMINO, Marcus César de Borba	Biblioterapia: uma ferramenta para atuação do psicólogo hospitalar no atendimento à criança hospitalizada [Biblionline; v. 9, n. 2 (2013): v. 9, n. 2, jul./dez., 2013.]	Psicologia hospitalar. Biblioterapia. Criança hospitalizada.
BEZERRA, Fabiana de Oliveira; SILVA, Alzira Karla Araújo	A biblioteca particular e sua função social: um espaço de (in)formação de leitores. [Biblionline; v.4, n.1/2, jan./dez. 2008.]	Biblioteca partícula. Função social. leitura
ALMEIDA, Yago Henrique; ARAÚJO, Eliane Pawlowski de Oliveira; PAULA, Cláudio Paixão Anastácio	Livros infernais: analisando a obra de Monteiro Lobato sob a perspectiva do Imaginário Social. [Múltiplos Olhares em Ciência da Informação; Vol. 11 (2021): continuous publications 2021; e-26676]	Monteiro Lobato. Imaginário Social. Ditadura Militar Brasileira. Livro Proibido. Livro Infernal.
LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; CALDIN, Clarice Fortkamp; SILVA, Patricia V. Pinheiro da; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; CALDIN, Clarice Fortkamp	Biblioterapia para crianças em idade pré-escolar: estudo de caso. [Perspectivas em Ciência da Informação; v. 11, n. 3 (2006)]	Biblioterapia; Contação de histórias; Literatura infantil.
	Aprender, ensinar e praticar: a biblioteca	Educação

WELLICHAN, Danielle Silva Pinheiro; LINO, Carla Cristine Tes caro Santos	escolar como recurso estratégico para inclusão de pessoas com deficiências	Especial. Biblioteconomia. Biblioteca escolar. Pessoa com Deficiência. Sociedade Inclusiva.
FURTADO, Cassia Cordeiro; OLIVEIRA, Lídia	Biblioteca escolar e interculturalidade: rede social em países lusófonos Portal Biblon. [Em Questão; v. 18, n. 1 (2012); 155-169]	Interculturalidad. Lectura. Ciência da Informação. Comunicação. Educação. Biblioteca escolar. Rede Social. Interculturalidade. Leitura. Biblioteconomia. Educomunicação.
Termo – Leitura juvenil		
SILVA, Carla Elisabete Cassel; ROCHA, Milene Linden da; CAREGNATO, Sonia	Projetos de leitura vão às escolas	Leitura. Literatura infantil e juvenil. Extensão universitária.
SILVA, Elaine Natália Alves Soares; AGUIAR, Miciane dos Santos	Leitura: principal meio de informação do homem	Leitura. Família. Escola. Biblioteca.
SENNÁ, Ana; BARBOSA, Maria de Fatima S. O.; SOUZA, Thaianne Almeida	Biblioteca infantil como lugar de encantamento	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Leitura. Biblioteca Infanto-juvenil-Brasil. Transtorno Mental. Inclusão Social.
MARTINS, Leoneide Maria Brito	A coleção da biblioteca escolar e acessibilidade: o processo de seleção de livros de literatura infantil e juvenil	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Leitura. Biblioteca infantil
MACHADO, Raquel	Trabalhando com gêneros literários: relato de experiência na biblioteca do Colégio da Lagoa - Florianópolis Working with literary sorts: experience report in the school library by the Colégio da Lagoa, in Florianópolis p. 310-321	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Classificação. Biblioteca escolar. Literatura Juvenil. Gênero Literário. Leitura. Youthful Literature. Literary Kinds.
OLIVEIRA, Flávia Reide; SILVA, Sabrina Vaz da; NOGUEIRA, Rafaela Dala Riva	Biblioteconomia social por meio do projeto de extensão: "Arvoreteca - incentivando a leitura"	Biblioteconomia Social. Biblioteca Universitária. Biblioteca Alternativa. Incentivo à Leitura. Projeto Social.
MORAES, João Batista Ernesto; ALVES, Roberta Caroline Vesu	A biblioteca escolar e a leitura do texto literário infanto-juvenil: informação para a educação e o lazer	biblioteca escolar, leitura por lazer
	Projeto de pesquisa Emília vai à escola: um	Leitura. Literatura

MOTA, Daiana Santos; MATOS, Maria Afonsina Ferreira; PORTO, Davi Carvalho	estudo sobre as condições e práticas de leitura da obra lobateana no ensino fundamental	Infanto- Juvenil. Educação. Inclusão Social. Livro. Literatura. Monteiro Lobato.
ANDRADE, Lucas Veras de; MELO, Ana Caroline Viana de	Um diálogo entre a vida real e a literatura infanto-juvenil: uma experiência de leitura na perspectiva da produção de sentidos	Biblioteconomia. Psicologia. Educação. Bibliotherapy. Biblioterapia. Literatura Infantojuvenil. Método Cartográfico. Alice no País da Maravilha. Literatura Infanto-juvenil. Pesquisa-Intervenção.
Sá, Jéssica Patrícia Silva de; ROCHA, Caroline Felema dos Santos	Mediação de leitura no contexto das bibliotecas universitárias	CBBB. Biblioteca Universitária. Mediação de Leitura.
JÚLIO, Andreia das Dores Silva	CBBB. Biblioteca Universitária. Mediação de Leitura.	biblioteca escolar, ciência da informação ensino particular
BEDIN, Jéssica; CHAGAS, Magda Teixeira; SENA, Priscila Machado Borges	Competência informacional em biblioteca escolar: ações para o desenvolvimento	biblioteca escolar. competência informacional. atividades desenvolvidas
PEREIRA, Ana Paula; BORTOLIN, Sueli; SILVA, Rovilson José	Mediação com livro sem palavras na biblioteca escolar: o que fazer com os temas "doloridos"?	Livro Sem Palavra. Tema Difícil. Tema Dolorido. Mediação da Leitura. Mediação da Literatura.
MENDES, Marcília Luzia Gomes da Costa	Fragmentos do discurso quadrinizado: uma leitura crítica da personagem mônica	leitura. turma da Monica. leitura crítica
NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva	De Webtoons a K-dramas: as adaptações de manhwas e as tendências lançadas pela Korean Wave	História em Quadrinho. Korean Wave. K-Pop.
LANZI, Lucirene Andréa Catini	Do papel às TIC: o dinamismo da Contação de História através do viés digital	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Tema Inerente à Informação e Tecnologia. Hora do Conto. Leitura. Tecnologia. Informação. Tablet.
Termo – Leitura and Prisional		
SANTOS, Andrea Pereira; ROCHA, Natália; CAVALCANTI, Larissa Andrade Batista	Prática de biblioterapia no Brasil e no exterior: principais experiências com a terapia pela leitura a partir da década de 1980	Bibliotherapy. Biblioterapia. Programa de Biblioterapia. Biblioterapia com Paciente. Paciente Hospitalizado. Leitura Terapêutica.

BARBOSA, Andreza Gonçalves; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal	Práticas informacionais de presas grávidas	Prática Informacional. Presa Gestante. Estudo de Usuários.
--	--	--

Fonte: elaborado pelo autor.

Percebeu-se que na base de dados da BRAPCI a existência de pouco material que trata ressocialização de crianças e adolescentes, inexistindo quando se trata de menores que estão sob medidas protetivas e socioeducativas em meio aberto ou fechado, ou seja os documentos encontrados quando citam ressocialização de menores, o fazem de modo vago e amplo.

Pouco estudo sob essa perspectiva é um problema, tendo em vista que o tratamento preventivo, antes de se tomar medidas mais severas – como internação – serão mais eficientes. Nesse caso, em condições perfeitas, onde todos os entes públicos estejam alinhados ao mesmo objetivo, qual seja: a redução da criminalidade, seria muito mais vantajoso iniciar a inserção de comportamentos de leitura em adolescentes, especialmente os que ainda não cometeram crimes mais graves ou ainda que não tenham reincidências infracionais. Sobretudo, tendo em vista que o ser humano costuma ter mais dificuldade em abandonar hábitos que praticam há um tempo prolongado, a intervenção prematura através de políticas públicas relacionadas à leitura trará os efeitos desejados com mais eficácia. Além disso, geralmente os efeitos das políticas públicas de alta complexidade e dinâmica somente são percebidos após anos ou décadas de implantação. O problema é que os gestores do poder público, no geral, querem pleitear eleições subsequentes, de forma que projetos como estes têm pouca importância para eles.

Um ponto em destaque nessa pesquisa, que incluiu observações de Leis vigentes relacionadas à ressocialização de menores infratores, foi a existência do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) que se encontra na Lei n. 12.594 (BRASIL, 2012), esse documento legal é pouco conhecido, porém de muita relevância para o desenvolvimento de políticas públicas por parte da Administração Pública. O Sinase enfatiza as responsabilidades de cada ente público (União, Estados e Municípios) nesse caso, há um destaque aos Municípios, que diante de tudo que a Constituição Federal dispõe no que diz respeito às competências de cada um deles, são os Municípios que ficaram responsabilizados por atribuições mais específicas. Isso é compreensível, tendo em vista que os administradores municipais

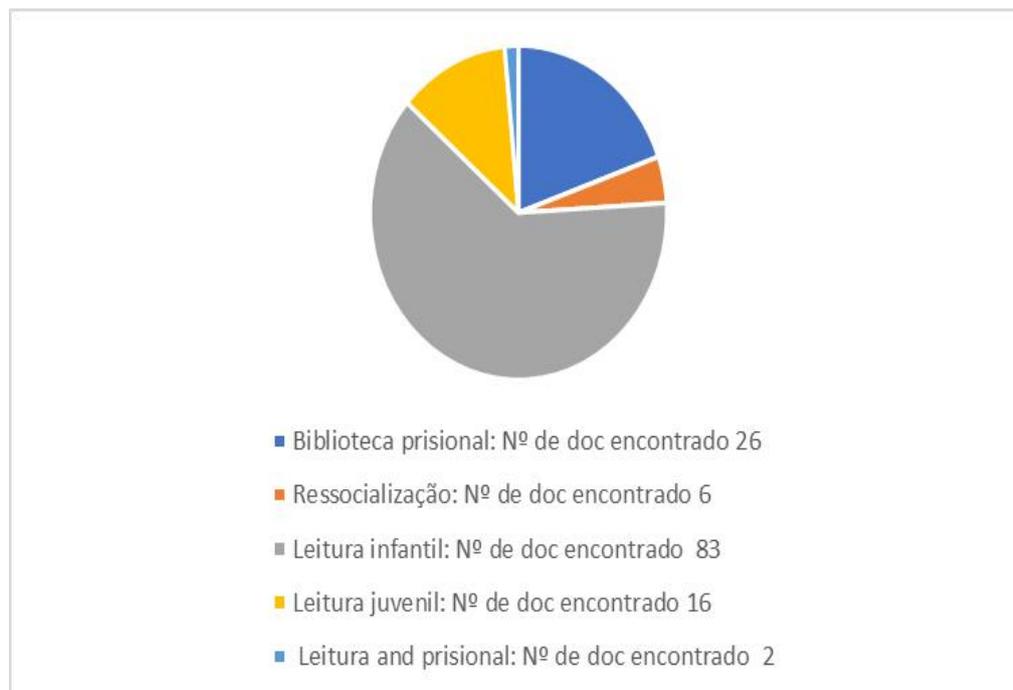
teoricamente estão mais próximos da realidade de sua região, muito além de governadores ou até do Presidente que devem lidar com diferenças demográficas, culturais e sociais mais amplas e para enfatizar isso a ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1948), em seu artigo 5, das Diretrizes da RIAD enfatizam que devem ser desenvolvidos serviços e programas com base na comunidade para a prevenção da delinquência juvenil, ou seja deve-se analisar as características específicas do local para implementar atividades do interesse daquela região específica.

Nesse contexto, o próprio site do Governo Federal fala sobre o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FMDCA) que tem como objetivo financiar projetos que garantam os direitos da criança e do adolescente e é de responsabilidade dos gestores municipais manter atualizados os dados cadastrais relativos ao Fundo. Como fora dito, a dificuldade quase sempre está na falta de importância que os gestores municipais dão, pois tal fundo necessita de comprovação dos trabalhos realizados por conta da transparência e eficiência públicas, além de se evitar destinação diversa do programa do governo federal.

Por fim, após essa exposição da legislação brasileira, demonstrar-se-á os resultados obtidos com os termos escolhidos, expondo o que se pode ser inserido para o Trabalho de ressocialização dos menores infratores, pois a capacidade de olhar para a ciência e aplicá-las em atividades práticas ou de interesse tanto pessoal quanto coletivo conta mais que o próprio conhecimento, sobretudo por conta da contribuição social.

A distribuição quantitativa de termos encontrados ficaram, conforme o gráfico, além disso, explanou-se acerca deles destacando-se cinco tópicos.

Gráfico 1 - Resultado dos textos recuperados a partir dos termos pesquisados



Fonte: elaborado pelo autor.

4.1 Biblioteca prisional

No que diz respeito ao termo “biblioteca prisional” foram encontrados no total de 28 documentos, dos quais 21 têm em sua indexação informação de que são artigos científicos. Os demais são comunicações em eventos (anais de eventos). Um artigo estava duplicado. Nesse caso, foi excluído um resultado, qual seja: “ESTUDOS RELACIONADOS A BIBLIOTECA PRISIONAL: análise bibliométrica na base Scopus (1927-2017)”. Além disso, o artigo intitulado “Bibliotecas prisionais: produção literária brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação no período de 1967 a 2020” não possui arquivo, sendo excluído por não estar em sua íntegra. Por fim, restaram 26 documentos a serem analisados.

Seguiu-se com procedimento da leitura técnica de cada documento encontrado, para que fosse selecionado os que serviriam para análise crítica, compondo o resultado do trabalho. Porém, nem um dos artigos e documentos de eventos tinham relação a ressocialização de menores infratores, em sua maioria relatava a importância da leitura de presos em cárceres para maiores de dezoito anos de idade.

Apesar disso, analisou-se alguns pontos para se fazer uma analogia ao objeto em estudo. Dentre eles, chamou atenção um artigo, no qual pertence a um país vizinho, a Argentina. Após leitura para fazer-se comparativo com o sistema carcerário brasileiro, tendo em vista que é importante trazer algumas informações, especialmente para saber se em um país tão próximo e com características similares pode ou não servir de exemplo para o Brasil ou vice e versa.

O autor do artigo é Antoni Martin Romano sendo o título em espanhol “La influencia de la lectura en contexto de encierro y el marco jurídico de las bibliotecas de cárceles”. De início, já se percebeu que a Argentina tem problemas muito parecidos com os do Brasil, especialmente no que diz respeito à ressocialização. Como no território brasileiro, as classes mais vulneráveis são aquelas que, em sua maioria, compõem os indivíduos encarcerados. ROMANO (2018) relata que as pessoas em situação de encarceramento tendem a ter uma concentração de problemas materiais e sociais, incluindo-se problemas familiares, uso de drogas e álcool, baixos níveis educacionais e pobreza. Levando-nos a recordar que a vulnerabilidade não está atrelada tão somente a condições financeiras, mas também à problemas familiares, psicológicos, educacionais, dentre outros fatores que tem como consequência a necessidade de intervenção de terceiros para que se retorne ao estado de bem estar ou de equilíbrio.

Além disso, o autor destaca que os presos não estão apenas em uma situação desfavorável devido à falta de acesso físico às bibliotecas, mas também por causa do alto nível de analfabetismo que predomina na população carcerária juntamente com o curto período de escolaridade, a falta de habilidades para o trabalho intelectual diminuídas pela carência de exercício cognitivos e a incidência de um alto nível de instabilidade emocional reduzindo a capacidade de concentração nas atividades relacionadas à leitura.

Isso retorna a outro artigo encontrado -“Acesso à leitura e remição de pena no Brasil: uma análise crítica visando a agenda 2030 da ONU” -, dessa vez é um artigo é brasileiro. Os autores CINQUE e ALMEIDA, (2020) afirmam que apesar dos esforços do legislativo brasileiro, quanto ao incentivo à leitura, como exemplo: quando Leis Federais e Estaduais criam meios de a pena do condenado ser reduzida através da leitura, no caso essa situação denomina-se remissão de pena, há certa dificuldade no sentido de que o método de avaliação exige prévio nível

intelectual, com criação de resumos e resenhas, os quais terão que atingir nota média determinada para se obter o benefício da redução da pena, contudo a maioria dos apenados não tem capacidade de realizar resenhas e relatórios, pois esses ainda têm dificuldades básicas de aprendizagem.

Para os mesmos autores, se o poder público realizar um plano no qual cumpra as leis anteriores já em vigor há mais tempo, como a de criação de bibliotecas prisionais, com disponibilização de materiais de qualidade e promoção da leitura, da cultura, do conhecimento e do lazer, além de projetos educacionais voltados à reinserção das pessoas à sociedade, aumentaria o número de apenados alfabetizados, com alto nível de fluência e interpretação textos e, que manifestem um pensamento crítico; de forma que leis como a da remissão de pena através da leitura seriam eficientes. Imagina-se uma pirâmide, na qual deve-se haver uma base mais larga e robusta, para suportar o crescimento longitudinal (para cima). Os autores relatam que para algumas políticas públicas tenham eficácia, bem como o resultado desejado, seria necessário que outras políticas sejam efetivadas; servindo de base para inserção de novas políticas.

De pronto, se percebe as similaridades da importância de políticas serem implementadas para o processo de ressocialização de menores. Infelizmente, no Brasil, há de certa forma o hábito de criar leis que, na prática, não surtem efeitos. Não há fiscalização ou forma de torná-las obrigatórias, quando existem simplesmente são descumpridas. Por conta dessa problemática, em muitos casos, leis que poderiam ser o ponto inicial para uma transformação social, perdem seu efeito, em vista da falta de poderes fiscalizatórios. Por exemplo, leis estaduais ou Municipais voltadas a políticas públicas que não tem efeito, porquanto os órgãos fiscalizatórios fazem parte do próprio ente o qual a criou, inviabilizando o desenvolvimento da política devido fatores hierárquicos. Para piorar, os órgãos legislativos, que têm o dever constitucional de fiscalizar o Poder Executivo, não cumprem o seu papel, geralmente por conta de acordos políticos.

Apesar da falta de regulamentos ou cumprimento deles, existem casos de trabalhos realizados em bibliotecas prisionais que ,por mais sofram falta de estrutura, podem ser um bom exemplo para leitura em centros de internação infanto-juvenil. Como é relatado em uma pesquisa, no qual foi possível desenvolver ações socioculturais, utilizando bens letrados de informação com as internas do PREFEM de Sergipe, dentro da biblioteca desta unidade prisional. Os autores do artigo,

FERNANDES et al. (2019), relatam que em conversas realizadas anteriormente, observaram que a maior parte das internas sofreu agressões, abusos físicos e psicológicos. Nesse contexto, ao perceber também que as detentas tinham uma preferência pela leitura do livro “50 tons de Cinzas” que relata uma história erótica entre homem rico e uma mulher considerada pobre, fez-se uso desta obra para construção do seu trabalho científico.

Nesse íterim, os profissionais da biblioteca desenvolveram atividades em um clube do livro, no encontro para debater sobre ele, foi possível perceber diversos paradigmas das internadas. Algumas consideravam abusos, por parte dos companheiros, fatores normais. Nesse contexto, percebe-se a importância do papel do profissional mediador da conversa em trazer o entendimento para a questão, mostrando que comportamentos abusivos não são bons, muito menos “normais” e não se deve aceitá-los.

Fazendo relação aos centros de reabilitação de menores, que são locais onde o bibliotecário pode exercer seu papel de agente incentivador, com intuito de articular ações que efetivamente busquem ressocialização, a criação de clubes de livros, com posteriores rodas de conversa são interessantes como métodos de ressocialização dos menores, para quebrar alguns paradigmas criados de forma equivocada, pois geralmente os que se encontram em estado de vulnerabilidade possuem concepções que os fazem cometer equívocos, como a prática de atos infracionais.

Na verdade, o bibliotecário deve ser capacitado a tornar a leitura algo interessantes, além disso disponibilizar obras que quebrem a ideia de alguns comportamentos disfuncionais serem considerados normais ou benéficos, por isso a escolha de livros que remetem ao bom comportamento social ou dão oportunidade para tal discussão são de suma importância. Ademais, ratifica-se a necessidade de profissionais qualificados, esse tem sido uma das maiores dificuldades enfrentadas no combate à criminalidade, pois administrações dos centros de ressocialização têm o dever de fazer os adolescentes refletirem sobre quais comportamentos devem tomar na consecução de suas vidas sociais e isso é muito mais que apenas deixá-los em confinamento.

4.2 Ressocialização

O termo seguinte, da mesma forma que o anterior, não foi encontrado com relação aos menores infratores um dos objetos de análise deste trabalho. Quanto mais se seguiu adiante durante a pesquisa, mais se percebe que há pouco estudo sobre o tema, tendo em vista que um termo tão abrangente, qual seja “ressocialização” não se ter encontrado um que fala sobre menores infratores. Obviamente que um dos motivos, além do déficit de estudos científicos sobre o tema, são as buscas em uma única plataforma de ciência da informação, por outro lado, essa base de dados é umas das principais para biblioteconomia do Brasil, sendo um filtro de assuntos considerados importantes no meio acadêmico e para sociedade no geral.

Cabe salientar que foram encontrados um total de 11 documentos com uso do termo “ressocialização”. Ou seja, um termo tão abrangente teve como resultado apenas onze, dentre eles 10 são artigos científicos e 1 texto de eventos, dentre esses, 5 deles foram encontrados também na pesquisa anterior, de forma que foram excluídos. De qualquer forma, explanar-se-á sobre o que foi encontrado para fazer analogias.

Dos 6 documentos encontrados após as exclusões, 2 dizem respeito apenas à ressocialização no sistema prisional comum (para adultos), e mais dois não passaram pelo filtro metodológico de forma que não foram analisados. Dos que restaram serão extraídos alguns pontos, o primeiro artigo fala sobre a importância de bibliotecas comunitárias em áreas consideradas periféricas da cidade de São Luís, Maranhão o outro tem como título “ONGS E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM COMUNIDADES PERIFÉRICAS: desdobramentos e relações no contexto da Ciência da Informação”. Apesar de não trazerem assunto específico sobre menores infratores, os textos trazem algumas considerações úteis para análises com referência a este estudo, sobretudo porque dizem respeito à importância da biblioteca para o público infanto-juvenil em comunidades.

A priori, sabe-se da necessidade de articulações do poder público com o privado (empresas e associações instituídas por pessoas físicas). Nesse sentido as bibliotecas comunitárias têm potencial de prestar serviços importantíssimo para aquele local, especialmente para os vulneráveis, que não tem incentivos e exemplos a seguir no sentido do propósito de fazer com que se tenha vontade de obter

conhecimento, porém há muitos obstáculos a superar. Infelizmente, algumas vezes os exemplos de vida dessas crianças são justamente os traficantes que ostentam poder e riquezas, inclusive ajudam a própria comunidade financeiramente. Para piorar, os que realmente tiveram sucesso através dos estudos, geralmente migram para regiões mais nobres da cidade.

Não se defende a criminalidade, expõe se alguns fatos, o poder público deve se fazer presente e, mais que isso, proporcionar o bem estar à sociedade, especialmente das famílias vulneráveis, caso contrário facções ou milícias tomarão conta do vácuo existente, se é que já não tomaram. De qualquer forma, o artigo cujo título é “As bibliotecas comunitárias como alternativa de inclusão social para comunidades periféricas da ilha de São Luís, Maranhão”, relata a falta de interesse do poder público para incentivar os trabalhos sociais na biblioteca comunitária. Os autores TEIXEIRA e FERREIRA (2013) expõem a dificuldade de encontrar pessoas para trabalhar na biblioteca, bem como a falta de materiais como livros, que ao longo do tempo provocam o desinteresse da comunidade em frequentar o local. Por fim, relatam que a biblioteca está desativada por falta de condições financeiras e apoio do governo e da sociedade.

Diversos reveses intensificam a dificuldade da implantação de bibliotecas em locais onde estão pessoas carentes. Não se é pessimismo ao afirmar que a tendência é a necessidade de mais verbas para sua implantação. Por exemplo, se antes existiam problemas relacionados a livros e sua manutenção, hoje estamos indo em direção a um futuro no qual surgirão outros ainda mais complexos, no sentido de que a tecnologia tem avançado e que certamente livros digitais serão mais usados no futuro. Ou seja, a preocupação deverá ser a compra de aparelhos digitais com intuito de usufruir de uma leitura nesse tipo de suporte, de forma que os custos serão ainda mais altos. Atualmente, há aplicativos que permitem escrever e rasurar livros proporcionando uma experiência muito similar ao do livro de suporte papel, percebe-se a constante mudança e por mais que o profissional bibliotecário não perceba devido ao aprendizado na graduação e a tentativa de autodefesa em manter as suas funções em um tipo de estabilidade profissional. A verdade é que a humanidade está indo em direção a um mundo cada vez mais tecnológico, e esses profissionais devem abraçar o novo para manter-se e estar em constante desenvolvimento na sua área.

Voltando ao presente, o artigo destaca que além de querer informar as pessoas deve-se saber o que elas precisam e desejam conhecer. TEIXEIRA e FERREIRA (2013) relatam que a necessidade de fazer a prática de ler constante é prioritária nas bibliotecas e por esse motivo é necessário que a mesma esteja adequada para atrair as pessoas aos livros. Eles argumentam que as bibliotecas, ao invés de ter, por exemplo, convidativos, atraentes, interessantes, afastam o público infantil com sua seriedade, seus códigos ultrapassados, gerados de imagens negativas da leitura. O fato é que acima de conhecimentos técnicos, os bibliotecários são disseminadores de informação e cultura, e a prioridade deve ser justamente essa. Se for necessário deixar de lado aquele tipo de biblioteca convencional para ser chamativo aos que necessitam de acolhimento, deve-se fazê-lo. Da mesma forma que a terceira lei de RANGANATHAN (2009) que diz que a cada livro seu leitor, parafraseando nesse contexto fica: a cada biblioteca seu tipo de usuário.

Assim sendo, transportando o foco das discussões para o tema das investigações científicas, visualizamos que o sentido de aprender encontra-se com a necessidade de aprender para a vida. Isso nos leva a refletir na recriação de nós mesmos, e em todo o fazer humano que possibilita mudanças em atitudes, concepções, formas de vida e nos leva a ativar mecanismos que gerem motivações e expectativas em relação às pessoas e seus aprendizados. Isso significa repensar experiências, definir ações com objetivos claros e articulados aos desafios que surgem na construção social da realidade, a fim de gerar alternativas e possibilidades para a vida (PINHEIRO, 2019).

Se o leitor do presente trabalho observar a citação acima com bastante atenção, certamente sentirá certo desconforto no sentido de perceber que as investigações científicas devem ser usadas em prol de melhorias sociais. Além disso, os próprios usuários de bibliotecas, que, digamos, sejam investigadores da ciência em um nível menos maduro, se sentem motivados a ler quando o assunto está atrelado aos próprios interesses pessoais ou coletivos quando se trata de algo que esteja conectado a alguma característica social ou quaisquer outras que lhe afete. Nesse sentido, o segundo artigo objeto de análise deste tópico é intitulado “ONGS E

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM COMUNIDADES PERIFÉRICAS: desdobramentos e relações no contexto da Ciência da Informação” no qual a autora PINHEIRO (2019), enfatiza que negar a democratização da leitura à população especialmente aos que se encontram em estado de vulnerabilidade, por falta de uma política consistente de fomento ao livro e à leitura, é equivalente a um ato de insensatez.

4.3 Leitura infantil

O termo que foi encontrado mais resultados, a “Leitura Infantil” certamente é um assunto muito analisado pelos acadêmicos em biblioteconomia. Foi o total de 103 documentos encontrados, dos quais oito estavam duplicados e doze já constavam nos termos anteriores, no resultado final restaram 83 documentos para análise. Como ocorreu nos demais casos, não foram constatados artigos referentes à leitura em centros de internação ou como método de medidas socioeducativas ou de proteção. Porém, foram encontrados artigos referentes à leitura infantil de modo geral e, de qualquer forma, os menores infratores, acima de tudo, são crianças ou adolescentes. De início, o artigo intitulado “Dewey e Lewis: a noção de crescimento e o valor da experiência literária para crianças” nos traz uma perspectiva de leitura infantil diferente da que é divulgada amplamente. Por conseguinte, (MATOS, et al. 2021) relatam que Dewey e Lewis ao invés de usarem literatura infantil, falam de graus de maturidade e experiência, como uma qualidade positiva, uma potência ainda a ser explorada, mas não como uma carência ou limitação dos indivíduos nesta condição. Para os teóricos estudados no artigo, com essa mudança de foco pode-se obter a vantagem adicional de uma teoria compreensiva e inclusiva do crescimento, tanto como um processo contínuo da experiência humana - individual e social - quanto como um valor ou objetivo a ser considerado na apreciação crítica da literatura. Interessante que o autor cita argumento de que durante o processo de desenvolvimento e crescimento como leitor, na verdade ocorre uma ampliação dos tipos de livro que o indivíduo se interessa, para ele, seria como se um indivíduo gostasse de limonada, e, depois de algum tempo, passasse a gostar também de vinho. Ele denomina isso de crescimento ou desenvolvimento, porque houve um enriquecimento e não exclusão, pois se a houvesse seria uma mudança. É este

processo de enriquecimento das possibilidades de experiência, que amplia o horizonte das possibilidades.

Nesse contexto, vale lembrar que no ensino médio se era obrigado a fazer leitura de alguns livros para responder questões do vestibular, se houver uma reflexão, certamente, alguns alunos não tinham maturidade suficiente para tal leitura, e essa experiência poderia tê-los afastado seu interesse em ler, até mesmo em ler outros livros que lhe interessa naquele período e por conta da experiência “desagradável” não os quis mais, com isso trazendo prejuízos na construção de leitores. De alguma forma, os livros clássicos encontrados na literatura brasileira, são considerados como os livros para adultos intelectuais. Porém, cada indivíduo tem sua visão de mundo e interesses particulares, por isso a metodologia de ensino das escolas deve seguir o que Paulo Freire apregoava como forma de ensino que a exploração das aspirações e sonhos de cada indivíduo, e que a educação deve ser um meio para alcançar os objetivos pessoais. Isso se coagula com as leis de RANGANATHAN (2009), segundo o qual a (segunda e terceira lei) cada leitor seu livro e/ou a cada livro seu leitor.

Outro artigo que foi feito a análise crítica, tem como título “Biblioteca Pública Infantil de Sergipe: uma experiência com projetos de incentivo à leitura a partir da primeira infância” ele relata o trabalho realizado em uma biblioteca infantil entre os anos de 2007 e 2017. A autora STOCKER (2017) relata o que foi feito naquele local, e os resultados obtidos que por sinal foram ótimos. Diversas atividades foram inseridas pela bibliotecária, foram as seguintes: contações de histórias, mediação de leitura, encontro com autores, lançamento de livros, exposições, teatro, oficinas, concursos, premiações e a criação do Encontro de Contadores de Histórias de Sergipe. O cumprimento desse trabalho exige muito esforço, sobretudo devido ao descaso dos entes públicos.

Para a autora deste artigo, os objetivos principais das bibliotecas infantis poderão ser alcançados através da inclusão de projetos visem à disseminação da leitura junto ao público a que se destina. Para ela, a realização de projetos culturais de leitura em bibliotecas já faz parte do leque de atividades destas e coincide quanto ao objetivo principal, que é incentivar a leitura e a cultura na comunidade. Diante de uma trabalho tão interessante realizado em Sergipe, estado que o autor deste trabalho reside, e como forma de complemento de informações, pesquisou-se como tem conduzido os trabalhos nesse local por meio do site de pesquisa google,

constatou-se, porém, que devido a objeções governamentais essa biblioteca afastou-se do seu papel social; segundo relatos de pessoas que visitaram o local, comentários feitos através do google maps, muito raro se ter projetos para leitura. Parece que a biblioteca se tornou um local no qual servidores fazem visitas, mas não em busca de livros, está sendo usado para outros fins como reuniões. Não se pode ter certeza do ocorrido somente por meio de informações disponibilizadas na internet, porém esse caso não é de se surpreender, pois diante de tudo o que fora exposto a falta de valorização desse trabalho tão importante é bastante comum.

4.4 Leitura juvenil

Esse termo de pesquisa teve como resultado vinte e cinco documentos, sendo que dois estavam duplicados e nove fazem parte dos termos anteriores. Dos dezesseis (16) documentos de resultado final para o termo, não foram encontrados trabalhos acadêmicos referentes à ressocialização de menores infratores, contudo um artigo chamou atenção. Após análise crítica, o intitulado “MEDIACÃO COM LIVRO SEM PALAVRAS NA BIBLIOTECA ESCOLAR: O QUE FAZER COM OS TEMAS DOLORIDOS?” trouxe argumentos a serem observados quanto ressocialização de menores ao demonstrar a necessidade de os profissionais usarem de temáticas que muitas das vezes causam medo e são evitadas na biblioteca ou pela família por vários motivos, dentre eles a insegurança do mediador, a preocupação excessiva com a recepção da criança ao tema ou mesmo com o receio da reação dos familiares; o enfoque deste artigo é a informação de que no ato da leitura, os sentimentos evocados estão diretamente associados à realidade e a experiências pessoais de cada leitor. PEREIRA et al (2022) afirmam que todos, independentemente da idade, experimentam os diferentes sentimentos provocados pela leitura da literatura. Nesse aspecto, há livros que apresentam temas profundos sobre mazelas ou feridas do ser humano e da sociedade que são difíceis de cicatrizar.

No caso em estudo, os autores analisaram uso de livro sem palavras, ou seja, que contém apenas imagens consideradas dolorosas, pois fazem parte de um enredo de algumas crianças. Um exemplo foi a imagem de uma criança vendendo balas:

Figura 2 - Imagem dolorida em Cena de Rua

Fonte: Lago (1994).

Como se pode ver a imagem dá azo para várias interpretações, como de se esperar os menores podem ter várias opiniões sobre essa imagem conforme as próprias experiências. Obviamente, conforme os autores, crianças de famílias fora da linha de pobreza terão interpretações diferentes das que vivem na rua, por exemplo. Isso remete a importância de o mediador da leitura, seja de imagens ou escritos, tenha capacidade de mostrar perspectivas diferentes às crianças ou adolescentes. No caso da ilustração acima, algumas podem considerar normal esse tipo de trabalho, porém não é. Por isso, além de tudo, o mediador deve conhecer meios alternativos para substituir tais abusos por educação e cultura, por isso as medidas protetivas e socioeducativas devem estar cientes das necessidades e contexto dos menores.

É bastante comum órgãos como o conselho tutelar enquadrarem crianças e seus pais para proibir o trabalho infantil. Como se não bastasse, a criança fica mais tempo na ociosidade, de forma a ter mais chance de se envolver no mundo crime. Muito mais que fiscalizar e proibir, deve-se suprir as necessidades básicas delas e somente através de projetos voltadas disponibilizar ajuda de custos às atividades infantis como esporte e cultura (principalmente leitura) são de suma importância para o desenvolvimento intelectual e social.

4.5 Leitura and prisional

No último termo foram encontrados o total de 12 resultados, dos quais dois eram duplicados e 8 já faziam parte de resultados de termos anteriores. Restaram apenas 2 documentos para análise, no caso, foram dois artigos. Um dos artigos denominado “Práticas informacionais de presas grávidas”, não diz respeito ao tema

desta pesquisa, portanto não foi retirada informações que possam contribuir para esse trabalho.

Por outro lado, o artigo “Prática de biblioterapia no Brasil e no exterior: principais experiências com a terapia pela leitura” chamaram atenção em alguns pontos. Os autores SANTOS; ROCHA; CAVALCANTI (2021) já na introdução informam que a biblioterapia pode ser usada em quaisquer ambientes, inclusive em ambientes prisionais, informação contrassenso, pois as pessoas associam tão somente em ambientes clínicos. Dessa forma, este tipo de trabalho é um modo de pacificar as emoções de pessoas doentes ou atingidas por algum problema de origem física ou psíquica, assunto interessante e que pode ser associado a esse trabalho.

Além disso, os autores afirmam que durante o procedimento de biblioterapia a leitura detém grandes poderes de transformação pessoal, podendo alterar os comportamentos e até mesmo melhorar seus relacionamentos e a sua percepção das dificuldades da vida, ajudando, assim, a terem novas perspectivas e modos de pensar, permitindo olhar para a importância da biblioterapia social e seu auxílio no tratamento e manutenção da saúde. Portanto, o uso terapêutico da leitura se torna um importante instrumento de transformação social que, na medida em que alcança o paciente necessitado, abre as portas para a interação com a sociedade, entendimento da cultura e alivia as tensões. Também é necessário analisar as decorrências culturais que envolvem as práticas de leitura no Brasil e no exterior para que se possa observar corretamente o poder da leitura para as pessoas em diferentes situações, enfatizando-se a importância de profissionais qualificados para isso.

5 CONCLUSÃO

O primeiro ponto a se destacar, é que no decorrer desse trabalho constatou-se falta de estudos aprofundados sobre o tema do Papel da Leitura e Da Biblioteca na Ressocialização De Menores Infratores em uma das bases de dados mais importantes da área de biblioteconomia no Brasil, como a Brapci. Infelizmente, essa situação é reflexo de diversos fatores, dentre eles a falta de incentivo governamental nesse tipo de trabalho e conseqüentemente o pouco interesse acadêmico. Nesse caso, há falta de articulação entre os entes federados (União, Estados e Municípios) na construção de políticas públicas.

A partir dessas considerações, é explícita a necessidade de mais recursos estatais para a área da cultura e educação, especificamente nas construções de bibliotecas, pois elas fazem o elo entre o aprendizado e conhecimento societal. Percebeu-se que o principal ator nesse processo de ressocialização de menores infratores é o ente estatal denominado Município, justamente por ter o contato inicial com as crianças e adolescentes de seu território. Por conseguinte, os municípios recebem dotações Orçamentárias tanto para educação quanto para cultura, esses recursos devem ser usados de forma mais eficiente possível. É fato que a organização da sociedade irá melhorar quando se entender a importância da leitura no desenvolvimento intelectual e do autoconhecimento do indivíduo como parte de um todo, assim, poder-se-á fazer escolhas mais racionais. Nesse contexto, os próprios eleitores devem pensar nisso na hora de votar em seus representantes.

Ademais, tendo esse fator em vista, o que a maioria dos gestores não percebem ou, se percebem, ignoram é que ações voltadas à ressocialização poderão inclusive diminuir custos futuros com a redução de atos de vandalismo e o combate à criminalidade, tendo em vista que a movimentação judicial, ações policiais, bem como o encarceramento fazem com que grande parte das verbas públicas sejam destinadas a essas atividades. Por conta disso, conclui-se que programas e projetos Municipais são de suma importância para implementação mais específicas das Leis Federais e Estaduais, as quais geralmente trazem apenas diretrizes para o desenvolvimento de atividades relacionadas à leitura e à cultura.

Partindo-se dessas informações, os bibliotecários, instituições sociais e população em geral devem buscar meios de influenciar as gestões municipais de forma a criar meios de tornar construção de bibliotecas e até contratação de

bibliotecários obrigatórios através de leis, bem como uma fiscalização eficiente. Ademais, após a observação de múltiplas liames, fica evidente que esse ponto vista de pesquisa pode acrescentar positivamente para a sociedade, pois as reflexões acerca do papel de entes federados (União, estados e Municípios), bem como os efeitos positivo da biblioteca e a leitura têm potencial de engrandecer a importância da discussão sobre tema, no sentido de abrir espaços para observações sociais da Biblioteconomia e, eventualmente, quando se tiver oportunidade, levar esse conhecimento para os gestores públicos e população geral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 de out. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.html. Acesso em: 1 de out. 2022.

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 5 de out. 2022.

BUFREM, L. S. et al. Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 22-41, 2010.

CALDIN, C. F. A função social da leitura da literatura infantil. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 8, p. 47-58, 2003. Disponível em: A função social da leitura da literatura infantil (brapci.inf.br) Acesso em: 19 dez. 2022.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 8. ed. São Paulo: Queroz, 2000.

CASSIANO, Adriana Aparecida. **O prazer de ler**: o incentivo da leitura na educação infantil. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. 2009. p. 48. Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

CINQUE, Y. M. S.; ALMEIDA, C. C. Acesso à leitura e remição de pena no Brasil: uma análise crítica visando a agenda 2030 da ONU. **Biblios (Peru)**, n. 78, p. 77-87, 2020. Disponível em: 10.5195/biblios.2020.825 Acesso em: 11 abr. 2023.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil**: teoria, análise e didática. São Paulo: Moderna, 2000.

EIRAS, Bruno Duarte. Uma janela para o mundo: biblioteca e bibliotecário em meio prisional. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTA, 9., 2007, Ponta Delgada (Açores). **Anais Eletrônicos**...Lisboa: BAD, 2007. Disponível em: Uma janela para o mundo: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional... (slideshare.net) Acesso em: 01 out. 2022.

FERNANDES, R. G. S. A.; VIEIRA, C. C. B.; FERNANDES JUNIOR, P. R.; ARAÚJO, G. G.; FERNANDES JÚNIOR, P. R. **50 tons de cinza e relacionamento abusivo: um olhar do cárcere**, v. 15, p. 390-405, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127507>. Acesso em: 11 abr. 2023.

FIGUEIREDO, N. M. A modernidade das cinco leis de Ranganathan. **Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, 1992. DOI: 10.18225/ci.inf..v21i3.430 Acesso em: 15 dez. 2022.

FREIRE, P. **A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua compreensão de sua visão crítica**. In: FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981, p. 11-20.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUILHARDI, Hélio José. **Auto-estima, autoconfiança e responsabilidade**. São Paulo: ESETec Editores Associados, 2002. Disponível em: http://www.itcrcampinas.com.br/pdf/helio/Autoestima_conf_respons.pdf. Acesso em 09 dez. 2022.

JESSON, J. K.; MATHESON, L.; LACEY, F. M. **Doing Your Literature Review: traditional and systematic techniques**. London: SAGE Publications, 2011.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático: Igualdade Formal e Material**. São Paulo: Saraiva, 2010.

LINDEMANN, C. **Comissão de bibliotecas prisionais**, v. 13, n. 1, p. 121-125, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/3393>. Acesso em: 24 set. 2023.

MATOS, J. C. M.; CALDIN, C. F.; JACINTHO, E. M. S. B.; CALDIN, C. F. **Dewey e lewis: a noção de crescimento e o valor da experiência literária para crianças**. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 26, n. 2, p. 1-13, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/164396>. Acesso em: 31 ago. 2023.

MIKSA, F. L. Library and information science: two paradigmas. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.) **Conceptions of library and information science: proceedings of the International Conference for the Celebration of 20th. Anniversary of the Department of Information Studies University of Tampere, Finland, 26-28, 1991**. London; Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 229-252

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.

PEREIRA, A. P.; BORTOLIN, S.; SILVA, R. J. **Mediação com livro sem palavras na biblioteca escolar: o que fazer com os temas "doloridos"?**, v. 18, n. 2, p. 1-21,

2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/202616>. Acesso em: 06 set. 2023.

PINHEIRO, E. G. Ongs e mediação da informação em comunidades periféricas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/151779>. Acesso em: 24 set. 2023.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em ciências sociais**. 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

RANGANATHAN, S. R. **As “Cinco Leis da Biblioteconomia.”** Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009. 336 p.

ROMÁN, A. M. La influencia de la lectura em contexto de encierro y el marco jurídico de las bibliotecas de cárceles. **CAJUR - Caderno de Informações Jurídicas**, v. 5, n. 2, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109120>. Acesso em: 11 abr. 2023.

SANTOS, A. P. D.; ROCHA, N.; CAVALCANTI, L. A. B. Prática de biblioterapia no brasil e no exterior: principais experiências com a terapia pela leitura a partir da década de 1980. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 15, n. 3, 2021. DOI: 10.29397/reciis.v15i3.2166 Acesso em: 19 set. 2023.

STOCKER, C. T. **Biblioteca pública infantil de sergipe: uma experiência com projetos de incentivo a leitura a partir da primeira infância.** , v. 13, p. 1621-1632, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/4010>. Acesso em: 04 set. 2023.

TEIXEIRA, R. P.; FERREIRA, M. M. F. M. **As bibliotecas comunitárias como alternativa de inclusão social para comunidades periféricas da ilha de são luís, maranhão: estudo sobre o bairro da vila embratel.** Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/67872>. Acesso em: 24 set. 2023.

UCCA, D. M.; CALDIN, C. F.; RIGHI, J. P. R. O desenvolvimento da competência informacional nas crianças a partir da literatura infantil. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 13, n. 1, p. 192-206, 2015. Disponível em: 114326 (brapci.inf.br). Acesso em: 07 nov. 2022.